



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Produção Pesqueira e a sua Importância para a Segurança Alimentar em Angola

Mestrado em Governação e Sustentabilidade do Mar

Áurea Emanuela Carvalho de Abreu da Silva de Sá Teixeira

Orientador: Pedro Quartin Graça Simão José, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador: Victor Capapelo Júlio Chilamba

Setembro, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

ESCOLA DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS

A Produção Pesqueira e a sua Importância para a Segurança Alimentar em Angola

Áurea Emanuela Carvalho de Abreu da Silva de Sá Teixeira

Mestrado em Governação e Sustentabilidade do Mar

Orientador: Pedro Quartin Graça Simão José, Professor Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador: Victor Capapelo Júlio Chilamba

Setembro, 2025

“Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele,

E ele tudo fará.”

Salmos 37:5

Agradecimento

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus, por me conceder saúde e sabedoria para que eu chegasse até aqui, porque certamente que sem ele esta obra não seria possível.

Ao meu esposo, Braulio Teixeira, obrigada pelo apoio incondicional, por nunca ter duvidado das minhas capacidades, por ter me incentivado e ajudado sempre que possível. Obrigada por estares sempre comigo.

Ao meu filho, William Teixeira, apesar de seres tão pequeno foste uma das minhas maiores motivações. Que esta obra seja também um exemplo de que os sonhos se conquistam com esforço e dedicação. Por ti e para ti.

Aos meus pais, Manuel de Abreu e Ana Maria, obrigada por todo o esforço, dedicação, apoio, sacrifícios e incentivo ao longo desta caminhada. Aos meus irmãos, este trabalho também é fruto do vosso apoio incondicional. Obrigada por tudo.

Aos meus sogros, quero expressar o meu sincero agradecimento pelo carinho e incentivo ao longo dessa trajetória.

Às minhas amigas, quero agradecer pela amizade sincera, pelo apoio constante e pela ajuda preciosa na construção deste projeto. Obrigada por estarem ao meu lado, partilhando conhecimento, força e motivação.

Aos meus avós, João, Rosa, Florinda e Nogueira, que já não estão entre nós, mas permanecem vivos na minha memória e no meu coração. Esta conquista também é vossa e tenho a certeza de que vocês estão orgulhosos de mim.

Ao Dr. Códia e Dr. Moisés, o meu muito obrigada, o vosso apoio, incentivo foram essenciais para que eu me mantivesse firme nesta caminhada.

Aos meus orientadores, Dr. Pedro Quartin e Dr. Victor Chilamba, pela dedicação, ensinamentos e paciência durante todo o processo de investigação. As vossas orientações foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou imensamente grata por todo o conhecimento partilhado.

Com vocês, este percurso tornou-se mais leve.

A todos vós a minha eterna gratidão.

Resumo

A pesca desempenha um papel crucial na segurança alimentar de muitos países, sobretudo em contextos em que o pescado representa uma das principais fontes de proteína animal acessível e nutritiva. Em Angola, este sector assume relevância não apenas pela sua contribuição económica e social, mas também pelo potencial em assegurar alimentos de qualidade para diferentes estratos da população. Este estudo procura responder a duas questões centrais: como a produção pesqueira influencia a segurança alimentar em Angola; Qual a relevância do pescado na dieta nutricional angolana. Para tal, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, baseada na análise de documentos oficiais, literatura especializada e entrevistas semiestruturadas com associações de pesca e oficiais do MINPERMAR, complementada pela utilização de dados secundários tratados através de análise de conteúdo e análise temática.

Os resultados mostram que, embora a pesca e a aquicultura revelem potencial significativo, a sua efetiva contribuição para a segurança alimentar é limitada por desafios estruturais como frota envelhecida, falta de infraestruturas de conservação e distribuição, gestão ineficiente dos recursos e vulnerabilidades socioeconómicas das comunidades piscatórias. Ainda assim, o pescado mantém papel central na dieta angolana, confirmando a necessidade de políticas mais consistentes para ampliar a sua disponibilidade e acessibilidade.

Conclui-se que medidas como o reforço da fiscalização, o investimento em infraestruturas, a valorização do setor artesanal, a expansão sustentável da aquicultura e a capacitação tecnológica são fundamentais para consolidar a pesca e a aquicultura como pilares estratégicos da segurança alimentar em Angola.

Palavras-chaves: Produção Pesqueira, Sustentabilidade, Angola, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

Fisheries play a crucial role in the food security of many countries, especially in contexts where fish represents one of the main sources of affordable and nutritious animal protein. In Angola, this sector is important not only for its economic and social contribution but also for its potential to ensure quality food for different segments of the population. This study seeks to answer two central questions: how does fish production influence food security in Angola? What is the relevance of fish in the Angolan diet? To this end, a qualitative, descriptive, and interpretative approach was adopted, based on the analysis of official documents, specialized literature, and semi-structured interviews with fishing associations and MINPERMAR officials, complemented using secondary data processed through content and thematic analysis.

The results show that, although fishing and aquaculture show significant potential, their effective contribution to food security is limited by structural challenges such as an aging fleet, lack of conservation and distribution infrastructure, inefficient resource management, and the socioeconomic vulnerabilities of fishing communities. Nevertheless, fish remains central to the Angolan diet, confirming the need for more consistent policies to increase its availability and accessibility.

Is concluded that measures such as strengthening inspections, investing in infrastructure, promoting the artisanal sector, the sustainable expansion of aquaculture, and technological training are essential to consolidate fishing and aquaculture as strategic pillars of food security in Angola.

Keywords: Fisheries Production, Sustainability, Angola, Food Security, Sustainable Development

Índice

Introdução	1
Justificação do Estudo	3
Objetivo de Estudo	3
Questões de Investigação	3
Capítulo 1	4
Fundamentação Teórica	4
1.1 Conceito de Segurança Alimentar	4
1.2 Conceito de Produção Pesqueira	5
1.3 A relação entre a Pesca e Segurança Alimentar	5
1.4 Sustentabilidade dos Recursos Marinhos	6
1.5 A Pesca como Fator de Desenvolvimento Sustentável	7
Capítulo 2	10
Revisão da Literatura	10
2.1 Análise Documental	12
2.2 Metodologia	13
2.2.1 Entrevistas Semiestruturadas	13
2.2.2 Análise de Dados	14
2.3 Limitações de Estudo	14
Capítulo 3	16
3.1 Área de Estudo	16
3.2 Caracterização de Angola	17
3.3 Caracterização da Atividade Pesqueira em Angola	18
3.4 Política de Gestão e Ordenamento dos Recursos Biológicos Aquáticos	21
3.5 Contribuições Socioeconómicas da Pesca em Angola	22
3.6 O Papel da Aquicultura em Angola	24
3.7 O Papel da Pesca de Pequena Escala em Angola	25
Capítulo 4	28
Potencial Pesqueiro em Angola e Referenciais Externos	28
Capítulo 5	30

Apresentação e Discussão dos Resultados	30
5.1 A Produção pesqueira em Angola	30
Conclusão	38
Referências Bibliográficas	41
Apêndices	45

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa da República de Angola	17
Figura 2: Produção pesqueira em Angola por subsector no período 2021–2024....	31
Figura 3: Produção vs. Metas da Aquicultura em Angola (2021–2027)	32
Figura 4: Consumo per capita de pescado em Angola	34

Índice de Apêndices

Apêndice A- Entrevista	46
------------------------------	----

Índice de Tabelas

Tabela 1: Principais Produtos do Mar em Angola.....	7
Tabela 2: Produção da Aquicultura em Angola (2024)	25
Tabela 3: Produção Pesqueira em Angola por Subsectores (2021-2024)	30
Tabela 4: Produção vs. Metas da Aquicultura em Angola (2021–2027)	31
Tabela 5: Consumo per capita de pescado em Angola (2021-2024)	33

Glossário de Siglas

DGRM	Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
FAO	Fundo das Nações Unidas para Alimentação
IDPAA	Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquícola
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPA	Plano de Ordenamento das Pescas e da Aquicultura
PLANAPESCA	Plano Nacional de Fomento das Pescas e Recursos Marinhos
SNFPA	Serviço Nacional de Fiscalização da Pesca e Aquicultura
TAC	Total Admissível de Captura
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Introdução

Os recursos marinhos representam um dos pilares essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento humano, sendo a pesca uma atividade milenar que garante alimento, emprego e identidade cultural para inúmeras comunidades costeiras em todo o mundo. Para além de fornecer proteína de elevada qualidade nutricional, o sector pesqueiro contribui significativamente para as economias nacionais, sustentando cadeias de valor e reforçando a segurança alimentar de milhões de pessoas. Em Angola, a relevância da pesca é acentuada pela extensa costa atlântica de 1650 km², pela presença de rios e lagos, e pelo potencial de crescimento económico associado ao sector. O pescado é uma das principais fontes de proteína animal consumida no país, desempenhando um papel fundamental na luta contra a fome e na promoção da saúde pública. Contudo, a sua contribuição efetiva enfrenta desafios significativos, como a sobrepesca, a prática da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), a degradação dos ecossistemas marinhos e a insuficiência de infraestruturas e tecnologias.

Essa realidade levanta uma questão: De que modo a produção pesqueira em Angola pode contribuir de forma sustentável para a segurança alimentar, assegurando simultaneamente a conservação dos recursos e bem-estar das comunidades? A pertinência deste estudo justifica-se não apenas pelo seu valor académico, mas sobretudo pela sua relevância social e económica, num país em que o sector pesqueiro, embora estratégico, ainda não explora todo o seu potencial para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a investigação encontra-se alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 14 (Vida na Água).

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a importância da produção pesqueira para a segurança alimentar em Angola, identificando as suas potencialidades e desafios. Para isso, foram formuladas questões de estudo que orientam a investigação, incidindo sobre a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade do pescado enquanto pilares da segurança alimentar. No que respeita aos dados, a investigação recorre a informações qualitativas, recolhidas por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e a análise documental, complementadas por dados estatísticos relativos à produção pesqueira e ao consumo interno sempre que disponíveis. Serão considerados elementos como espécies capturadas, frequência de consumo, preços médios, percepções sobre disponibilidade e sustentabilidade, bem como o papel social económico e cultural do pescado.

Este estudo, de abordagem qualitativa, procura compreender de que forma a produção pesqueira contribui para a segurança alimentar em Angola e, analisando a sua relevância nutricional bem como os fatores que condicionam esse papel. A análise de documentos, literatura e entrevistas revelou que, apesar do potencial do setor, a sua efetividade é limitada por desafios estruturais, institucionais e socioeconómicos.

Por fim, a dissertação está organizada em cinco capítulos, para além da introdução e da conclusão. O capítulo 1 corresponde à fundamentação teórica, onde são apresentados os conceitos essenciais ao desenvolvimento do estudo. Abordam-se, nomeadamente, a segurança alimentar, a produção pesqueira, a relação entre a pesca e a segurança alimentar, a sustentabilidade dos recursos marinhos e a pesca enquanto fator de desenvolvimento sustentável. Este enquadramento conceptual constitui a base científica necessária para sustentar a análise e compreender os desafios e potencialidades do sector em Angola.

O capítulo 2 dedica-se à metodologia de investigação, onde descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados, as técnicas de recolha de dados, nomeadamente a análise documental e as entrevistas, os métodos de análise aplicados e as limitações encontradas ao longo do processo. Este capítulo assegura a transparência da investigação e a validade dos resultados obtidos.

O capítulo 3 centra-se no estudo de caso de Angola, abordando a caracterização do país, as áreas de estudo selecionadas, o enquadramento jurídico da atividade pesqueira, as políticas de gestão e ordenamento, as contribuições socioeconómicas do sector, bem como o papel da aquicultura e da pequena escala.

O capítulo 4 analisa o potencial pesqueiro em Angola e procede a uma comparação internacional com os casos do Brasil, Namíbia e Noruega, identificando práticas e experiências que podem servir de referência para o fortalecimento do sector pesqueiro nacional.

O capítulo 5 apresenta a análise e discussão dos resultados integrando as informações recolhidas nas entrevistas com o enquadramento teórico e documental, culminando na formulação de recomendações práticas para o desenvolvimento sustentável da pesca em Angola.

Justificação do Estudo

A escolha deste tema, justifica-se pela centralidade que a produção pesqueira assume na promoção da segurança alimentar e nutricional em Angola, país onde grande parte da população enfrenta dificuldades de acesso regular à alimentos de qualidade. O pescado representa uma fonte essencial de proteína e micronutrientes, sobretudo para comunidades costeiras e rurais com menor poder aquisitivo. Logo, persistem lacunas na compreensão do real contributo da pesca para a dieta alimentar e para o desenvolvimento socioeconómico local. Este estudo na minha opinião, torna-se assim, relevante por integrar evidências documentais e percepções sociais, fornecendo subsídios científicos para políticas públicas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

Objetivo de Estudo

Este estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da produção pesqueira para a segurança alimentar em Angola, destacando a sua relevância nutricional, económica e social. Especialmente, pretende-se:

- a. Compreender de que forma a produção pesqueira influencia a disponibilidade e o acesso a alimentos no país;
- b. Avaliar a importância do pescado na dieta nutricional da população angolana;
- c. Identificar os princípios fatores que condicionam o contributo da pesca para a segurança alimentar;

Através desta abordagem, busca-se fornecer evidências científicas que possam apoiar políticas públicas mais eficazes e promover o fortalecimento sustentável do sector pesqueiro.

Questões de Investigação

Considerando a importância da pesca para a segurança alimentar em Angola, este estudo orienta-se pelas seguintes questões:

1. Como a produção pesqueira influencia a segurança alimentar em Angola?
2. Qual é a relevância do pescado na dieta nutricional angolana?

Capítulo 1

Fundamentação Teórica

1.1 Conceito de Segurança Alimentar

O termo “segurança alimentar” começou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, em resposta ao agravamento da fome naquele período. Desde então, passou a ser uma preocupação constante, o que impulsionou a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 1996), no âmbito da Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, adotado em 1996, considera-se que:

“A segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que satisfaçam as suas necessidades alimentares e preferências, para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996, p. 2).

A segurança alimentar desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconómico de qualquer país ou região. O continente africano, por sua vez, também enfrenta desafios significativos nesse domínio, devido à sua condição económica frágil, frequentemente agravada por conflitos armados, desastres naturais, baixo nível tecnológico, elevada densidade populacional e altos índices de analfabetismo.

Com o objetivo de estabelecer a alimentação como uma prioridade estratégica global, a FAO, em parceria com a ONU, incluiu em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o reconhecimento do direito à alimentação como um dos direitos humanos fundamentais (Diário da República Portuguesa, n.d.).

Subentendo que a segurança alimentar é um conceito amplo que envolve não apenas a presença de alimentos, mas a garantia de acesso contínuo, digno e equilibrado com base no que é necessário para a nutrição e saúde das populações. Compreende-se que essa segurança depende de vários fatores, desde a estabilidade social até as condições económicas e estruturais, e que a sua ausência agrava desigualdades já existentes. Logo, trata-se de um pilar essencial para a sobrevivência humana, cuja fragilidade revela vulnerabilidade profundas nas sociedades, sobretudo nas regiões mais desfavorecidas.

1.2 Conceito de Produção Pesqueira

De acordo com o Banco Mundial, a produção pesqueira corresponde ao volume total de espécies aquáticas capturadas por um país, seja para fins comerciais, industriais, recreativos ou de subsistência. Este conceito abrange tanto a pesca extractiva realizada em ambientes naturais, como mares, rios e lagos, quanto a produção proveniente de sistemas controlados, como a maricultura e a aquicultura.

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Aquicultura e Alimentação), a produção pesqueira refere-se à captura e extração de organismos aquáticos de ambientes naturais (pesca de captura) ou à sua produção em ambientes controlados (aquicultura).

Por último, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) não possui uma definição única e específica de “produção pesqueira”. Logo, o PNUD frequentemente aborda a pesca e a aquicultura em seus relatórios e projetos enfatizando a importância de práticas sustentáveis para o desenvolvimento socioeconómico e a segurança alimentar.

O PNUD enfatiza a importância de práticas pesqueiras e aquícolas que garantam a saúde dos ecossistemas aquáticos e a disponibilidade desses recursos para as gerações futuras.

1.3 A relação entre a Pesca e Segurança Alimentar

A pesca constitui uma das principais atividades económicas ligadas à segurança alimentar, sobretudo em países costeiros com elevada dependência de proteínas de origem marinha. Em Angola, a pesca é regulamentada pela Lei nº 6-A/04, de 8 de Outubro, que define como deve ser feita a captura de recursos aquáticos com fins comerciais ou não comerciais (FAO Angola, 2004).

Segundo a FAO (1996), segurança alimentar significa garantir, em todos os momentos, o acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. Neste contexto, a pesca desempenha um papel central, ao disponibilizar o pescado acessível e de alto valor nutricional.

Em Angola, o sector das pescas integra-se no conjunto das atividades primárias da economia, a par da agricultura, ambas essenciais para o abastecimento interno. A extensa costa atlântica (1650 km^2) e o grande número de rios conferem ao país responsabilidade acrescida na gestão sustentável dos recursos, dado o seu contributo para o consumo das populações.

As políticas nacionais preveem como objetivo fundamental que é “*garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, promover a competitividade do sector e assegurar a coesão económica e social das comunidades piscatórias*”.

Para alcançar este equilíbrio, é adotada uma abordagem ecossistemática que inclui o estabelecimento anual de Totais Admissíveis de Captura (TAC).

A pesca em Angola estrutura-se em três segmentos: industrial, semi-industrial e artesanal, cada um com peso específico no abastecimento alimentar. Estima-se que 30% da produção nacional provenha da pesca artesanal, a qual emprega cerca de 50 mil pescadores, sobretudo organizados em cooperativas.

1.4 Sustentabilidade dos Recursos Marinhos

A sustentabilidade refere-se à capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de satisfação das gerações futuras. Por outras palavras, a sustentabilidade envolve a procura por um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, social e ambiental, de modo a garantir que os recursos estão a ser utilizados de forma responsável e inteligente (Noctula, 2023).

Os recursos marinhos são essenciais para o equilíbrio ecológico, social e económico do planeta. Oceanos e mares fornecem alimentos, oxigénio, emprego, medicamentos e matéria-prima, além de regularem o clima. Estima-se que mais de 3 bilhões de pessoas dependem diretamente dos recursos marinhos para subsistência. A biodiversidade marinha, que é a variedade de toda a vida que existe nos oceanos e mares, incluindo plantas, animais, microrganismos e diferentes ecossistemas como: recifes de coral e manguezais e o fundo do mar, sustenta cadeias alimentares e, que são fontes de renda e segurança alimentar, principalmente em países em desenvolvimento.

Apesar da sua importância, os recursos marinhos enfrentam inúmeras ameaças como: a sobrepesca, a pesca ilegal, poluição marinha, mudanças climáticas e destruição de habitats.

Os recursos marinhos angolanos são diversificados, incluindo tanto produtos biológicos quanto não biológicos. Os recursos biológicos compreendem peixes ósseos e cartilagíneos, crustáceos e moluscos, comercializados inteiros ou transformados.

Pela sua importância, temos a destacar a produção do sal, um produto não biológico essencial tanto para o consumo direto das populações, como para a produção de peixe

seco consumido grandemente nas zonas mais recônditas longínquas, e utilização igualmente em algumas indústrias.

Por outro lado, uma parte da produção salineira serve para a exportação, especialmente para países vizinhos como a República Democrática do Congo (tabela 1), (Governo da República de Angola, 2023):

Crustáceos e Moluscos	Espécies Demersais	Espécies Pelágicas
Camarão	Cachucho	Carapau do Cunene
Alistado	Corvinas	Carapau do Cabo
Caranguejo	Marionga	Sardinellas
Gamba Costeira	Pescada de Benguela	Sardinha do Reino
Cefalópodes	Pescada do Cabo	Cavala
Lulas, Conchas	Garoupas	Anchovas, Tubarões, Atuns

Tabela 1: Principais Produtos do Mar em Angola

Fonte: Medidas de Gestão (Decreto Presidencial n.º 63/24)

A produção de farinha e óleo de peixe, subprodutos do processamento pesqueiro, é relevante para a alimentação de organismos aquáticos, embora atualmente enfrente restrições para o consumo humano direto devido a políticas governamentais que priorizam o uso do pescado fresco para a alimentação (Governo da República de Angola, 2023).

1.5 A Pesca como Fator de Desenvolvimento Sustentável

A pesca, enquanto atividade milenar, representa um dos pilares fundamentais das economias costeiras, especialmente nos países em desenvolvimento. Para além do seu contributo direto para a segurança alimentar e nutricional, a pesca tem potencial para impulsionar o crescimento económico, garantir meios de subsistências dignos e promover o equilíbrio ecológico dos ecossistemas aquáticos. Ora, a pesca sob a ótica do desenvolvimento sustentável revela-se essencial, sobretudo tendo em conta os compromissos internacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU, 2015).

A gestão sustentável dos recursos pesqueiros é um imperativo estratégico que exige a integração de medidas que conciliem o uso económico dos recursos marinhos com a sua conservação, garantindo simultaneamente justiça social e equidade intergeracional.

Do ponto de vista económico, a pesca desempenha um papel crucial no rendimento de milhões de famílias, particularmente em zonas costeiras. De acordo com a FAO (2022), cerca de 600 milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente da pesca e da aquicultura para o seu sustento. Nos países em desenvolvimento, a pesca artesanal representa uma parcela significativa do sector, sustentando microeconomias locais e contribuindo para a coesão territorial (FAO, 2022).

A pesca impulsiona atividades complementares como o transporte, a transformação e a comercialização do pescado, gerando um valor acrescentado, e promovendo cadeias de abastecimento locais e regionais.

Em termos sociais, a pesca contribui para a redução da pobreza (ODS 1), assegurando emprego, inclusão e sobrevivência em comunidades que, frequentemente, se encontram à margem do desenvolvimento. Segundo a FAO (2020), 90% dos trabalhadores da pesca em pequena escala atuam em países em desenvolvimento, sendo a maioria destes em contextos de elevada vulnerabilidade socioeconómica (FAO, 2020).

O pescado constitui ainda uma fonte vital de proteína animal de alta qualidade, particularmente em regiões com insegurança alimentar. A sua acessibilidade e valor nutricional permitem reforçar os indicadores de saúde pública, colaborando com o ODS 2 (Fome Zero). Para além disso, a valorização dos saberes tradicionais e das práticas comunitárias fortalece os laços sociais e promove a identidade cultural das comunidades pesqueiras.

Para garantir a sustentabilidade do sector, torna-se imprescindível o fortalecimento da governança dos oceanos. Isto inclui o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas com os compromissos internacionais, a criação de sistemas de monitoramento e rastreabilidade do pescado e o apoio técnico e financeiro às comunidades pesqueiras.

Em Angola, a pesca representa um sector estratégico para a segurança alimentar, o emprego e a diversificação económica. O país possui uma extensa zona económica exclusiva (ZEE) e uma costa atlântica rica em recursos haliêuticos, destacando-se a sardinha, a cavala e o carapau.

Contudo, o sector pesqueiro enfrenta desafios estruturais como a falta de infraestrutura adequadas, o envelhecimento da frota artesanal, a pesca INN (pesca ilegal, não declarada e não regulamentada) e a carência de mecanismos eficazes de gestão dos recursos. Apesar dos esforços do governo e da atuação da Direção-Geral de Recursos Naturais e Marinhos (DGRM), Angola necessita consolidar um modelo de pesca sustentável que assegure a regeneração dos estoques e o bem-estar das comunidades costeiras. Para o alcance deste desiderato, o Governo angolano colocou recentemente à disposição do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha, do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos (MINPERMAR), um navio científico com múltiplas valências, que seguramente irá melhorar a gestão dos recursos marinhos, proporcionando dados fidedignos sobre o estado dos recursos através da realização de cruzeiros de investigação. Outro instrumento indispensável para a gestão sustentável dos recursos marinhos e dissuasão da pesca ilegal e não declarada, segundo informações recolhidas, é o preconizado investimento em meios técnicos modernos na área da fiscalização pesqueira, associada a formação do capital humano.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

A literatura internacional evidencia que a pesca e a aquicultura desempenham um papel central na segurança alimentar e nutricional (SAN), sobretudo em países em desenvolvimento. Estudos em mais de 160 países mostraram que um aumento de 1% na produção aquícola doméstica gera quase a mesma proporção (0,9%) no consumo per capita de pescado, demonstrando que investimentos locais em aquicultura podem reduzir custos, ampliar o acesso e beneficiar, em particular, populações mais pobres (Anderson et al., 2022). Do mesmo modo, investigações na Europa destacam o papel das pequenas explorações agrícolas e pesqueiras, sobretudo pelo fortalecimento de cadeias curtas de comercialização e pela proximidade com os consumidores, reforçando a disponibilidade alimentar regional. Embora os contextos sejam distintos, a experiência europeia oferece paralelos úteis para Angola, especialmente no que diz respeito à pesca artesanal, que cumpre função semelhante no abastecimento das comunidades costeiras (Rivera et al., 2020).

Na África Oriental, cerca de 200 milhões de pessoas dependem do pescado como principal fonte de proteína acessível e de alta qualidade. Ainda assim, o consumo per capita mantém-se baixo, reflexo de défices de oferta, comércio desigual e fragilidades nas políticas públicas. Contudo, observa-se um potencial de crescimento, associado tanto à aquicultura quanto às importações, que podem ajudar a suprir as necessidades de uma população em rápido crescimento (Obiero et al., 2019). No Quénia, por exemplo, um estudo que analisou 16 anos de dados de produção e comércio demonstrou que, apesar do aumento global da oferta, o consumo per capita caiu devido ao desequilíbrio entre a procura e a produção de águas interiores. Esse quadro comprometeu a ingestão de nutrientes críticos como cálcio, zinco e ácidos gordos ômega-3, especialmente importantes para crianças menores de cinco anos. Ainda assim, o estudo indica que se mais bem direcionada, a produção poderia suprir até um terço das necessidades nutricionais desse grupo vulnerável (Omukoto et al., 2024).

Na África Ocidental, o caso do Gana reforça a dimensão social e nutricional da pesca. Apesar do crescimento económico, a insegurança alimentar permanece como um desafio, agravada por desigualdades no acesso ao pescado e pela gestão insustentável dos recursos. A literatura mostra que, além de fornecer nutrientes essenciais, a pesca é também um

motor de inclusão social e económica, sobretudo para mulheres, cuja participação na governança e no comércio do pescado é decisiva para fortalecer a segurança alimentar. Estes resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que articulem nutrição, sustentabilidade ambiental e igualdade de género (Hasselberg et al., 2020).

Num plano metodológico, investigações realizadas tanto na Europa como em África, reforçam a relevância da produção em pequena escala. Gallia et al. (2021) demonstraram que pequenas explorações, frequentemente negligenciadas nas análises de SAN, garantem não apenas o abastecimento alimentar, mas também resiliência socioeconómica e sustentabilidade ambiental. O estudo, conduzido no âmbito do projeto SALSA, destacou a importância do nível regional como escala-chave para compreender a diversidade das estratégias produtivas e o seu impacto na segurança alimentar. Em paralelo, (Zmija et al., 2020) chamam atenção para a renovação geracional no sector, destacando que jovens agricultores e pescadores procuram inovar e aumentar a produtividade, mas enfrentam barreiras como acesso limitado à terra, baixa rentabilidade e exigências de certificação. Estas evidências sublinham que políticas de apoio são essenciais para fomentar a integração dos jovens em cadeias de valor sustentáveis, uma questão particularmente relevante em Angola.

No contexto regional da Corrente de Benguela, Sowman e Cardoso (2010) mostram que Angola, Namíbia e África do Sul apresentam diferenças marcantes nos seus quadros legais e institucionais. Enquanto Angola dispõe de mecanismos jurídicos que reconhecem e protege os pescadores artesanais, na Namíbia este segmento não é legalmente reconhecido e, na África do Sul, as comunidades tradicionais foram marginalizadas nos modelos modernos de gestão. Além disso, diferenças nos níveis de consumo de pescado e na orientação para exportação afetam diretamente a segurança alimentar.

Aplicando estas evidências ao caso angolano, percebe-se que, apesar da extensa costa e do papel histórico da pesca na dieta das populações, o país enfrenta desafios semelhantes aos identificados em outros contextos: défices de informação atualizada sobre consumo, pressão sobre os recursos marinhos e desigualdades na distribuição da produção em relação às necessidades nutricionais. Ainda assim, a experiência internacional oferece caminhos estratégicos, como o reforço da aquicultura, o fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento e a valorização da pesca artesanal como pilares centrais da segurança alimentar. Neste sentido, analisar a produção e o consumo de pescado ao nível provincial,

como propõe o presente estudo, é fundamental para compreender disparidades internas e formular políticas mais eficazes para a segurança alimentar em Angola.

2.1 Análise Documental

A análise documental constitui uma das principais técnicas de investigação desta dissertação, permitindo a consulta, seleção e interpretação de fontes oficiais e académicas relacionadas com o tema. Esta técnica revelou-se crucial para a compreensão do enquadramento legal, institucional e estratégico do sector, bem como para a sistematização de dados estatísticos e políticas públicas relevantes.

Os documentos analisados incluíram:

- 1. Legislação nacional**, nomeadamente a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos (Lei n^a. 6-A/04, de 8 de Outubro, com alterações da Lei 16/05), bem como decretos presidenciais e regulamentos associados ao ordenamento e gestão das pescas;
- 2. Planos e programas governamentais**, entre os quais o Plano Nacional de Fomento das Pescas (PLANAPESCA) e o Plano de Ordenamento das Pescas e Aquicultura (POPA), que definem estratégias para o desenvolvimento do sector e a promoção da sustentabilidade;
- 3. Relatórios de Organizações Internacionais**, com destaque para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que disponibiliza dados estatísticos, diretrizes de governança e definições fundamentais para o este estudo;
- 4. Relatórios de Instituições Multilaterais**, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que abordam a pesca e aquicultura em Angola no contexto do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar;

Assim a análise documental permitiu estabelecer uma base sólida para compreender o quadro legal e estratégico do sector, servindo de suporte à interpretação dos dados recolhidos através das entrevistas.

2.2 Metodologia

Segundo Richardson (1999) a metodologia é o conjunto de caminhos para chegar a um determinado objetivo concreto, ou seja, instrumentos a serem utilizados para concretizar o trabalho científico.

A presente investigação adota a estratégia de estudo de caso, combinando uma abordagem qualitativa e quantitativa. Foram utilizadas duas principais fontes de informação:

- i) Dados secundários, recolhidos em relatórios oficiais, anuários estatísticos e publicações de instituições internacionais, regionais e nacionais
- ii) Dados primários, obtidos através de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores do setor pesqueiro, incluindo pescadores artesanais, associações de pesca, técnicos provinciais e representantes institucionais.

As entrevistas seguiram um guião flexível, permitindo explorar as percepções dos participantes acerca da produção, consumo e principais constrangimentos do setor. Os dados quantitativos foram analisados com recurso a estatísticas descritivas e projeções simples, enquanto os dados qualitativos foram tratados através da Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 1977). A triangulação entre ambas as fontes reforçou a validade dos resultados, oferecendo uma visão integrada da contribuição do setor pesqueiro para a segurança alimentar em Angola.

2.2.1 Entrevistas Semiestruturadas

De forma a colher mais informações e obter uma perspetiva prática sobre os desafios e potencialidades do sector pesqueiro em Angola, realizaram-se duas entrevistas semiestruturadas com funcionários seniores do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos.

A seleção dos entrevistados seguiu um critério de intencionalidade, privilegiando profissionais com experiência consolidada no sector e conhecimento técnico capaz de fornecer informações qualificadas sobre políticas públicas, práticas de gestão e contributos da pesca para a segurança alimentar.

As entrevistas foram conduzidas em formato áudio, com duração média de 1 hora cada. O guião foi composto por nove perguntas abertas, que permitem explorar de forma flexível os principais temas de estudo.

Por fim, em respeito aos princípios éticos de investigação, foi garantido o anonimato dos participantes. Para preservar a confidencialidade, são utilizados nomes fictícios na análise dos resultados.

2.2.2 Análise de Dados

Os dados obtidos nas entrevistas foram submetidos a análise de conteúdo, em conformidade com a abordagem qualitativa e exploratória adotada. Esta técnica mostrou-se adequada por possibilitar a identificação de categorias, padrões e significados presentes nos discursos dos entrevistados, através desta análise, tornou-se possível sistematizar as percepções recolhidas, interpretá-las criticamente e relacioná-las com os objetivos da investigação, de modo a compreender os principais desafios, oportunidades e estratégias apontadas para o fortalecimento do sector pesqueiro em Angola.

2.3 Limitações de Estudo

Este estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer para a adequada interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a recolha a profissionais seniores do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, o que garante acesso a informações oficiais e atualizadas, mas ao mesmo tempo restringe a análise à perspetiva institucional. A ausência de contributos diretos de outros atores, como pescadores artesanais, comerciantes ou consumidores, limita a abrangência da investigação em termos de percepções sociais mais diversificadas.

Outra limitação relaciona-se com o número reduzido de entrevistas, condicionado pela disponibilidade dos participantes. Embora as informações obtidas tenham sido relevantes e suficientes para responder aos objetivos do estudo, uma amostra maior poderia enriquecer a análise e permitir uma comparação mais detalhada entre os diferentes níveis de atuação dentro do sector.

Por fim, é importante salientar que a utilização de uma metodologia qualitativa, baseada na análise de conteúdo, implica certo grau de subjetividade na interpretação dos discursos. Apesar de terem sido adotados critérios de rigor e consistência na codificação e categorização das informações, não se pode excluir totalmente a influência da percepção do investigador no processo interpretativo.

Em síntese, estas limitações não comprometem a validade do estudo, mas devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Pelo contrário, oferecem pistas para que as

investigações futuras possam ampliar a amostra, incluindo não apenas profissionais do Ministério das Pescas, mas também pescadores, comerciantes e consumidores de modo a captar uma diversidade maior de percepções sobre a contribuição da pesca para a segurança alimentar.

Capítulo 3

3.1 Área de Estudo

A escolha das províncias do Namibe e Benguela como áreas de estudo deve-se tanto à relevância que desempenham no sector pesqueiro nacional, como nos desafios de segurança alimentar que enfrentam. Localizados no sudoeste de Angola, essas regiões apresentam características complementares: o Namibe destaca-se pela forte tradição de pesca artesanal e semi-artesanal, enquanto Benguela é influenciada pela corrente fria de Benguela, que sustenta um dos ecossistemas marinhos mais produtivos do mundo. Essa diversidade torna possível compreender como diferentes contextos regionais contribuem para a segurança alimentar por meio da disponibilidade, acessibilidade e aproveitamento do pescado (ENSAN, 2009).

Contudo, essas províncias estão entre as mais afetadas pela seca e pelas alterações climáticas, agravando os índices de desnutrição e insegurança alimentar. A má nutrição crónica afeta 29,2% das crianças angolanas menores de cinco anos, sendo mais severa nas regiões Oeste (34,3% incluindo Benguela) e Sul (33,7% incluindo Namibe), reflexo da falta prolongada de alimentos nutricionalmente adequados (ENSAN, 2009).

Esse quadro foi reforçado em 2021, quando o Programa Mundial de Alimentos alertou para o pior episódio de seca em quatro décadas, comprometendo a estação chuvosa e afetando de forma crítica o sudoeste de Angola, especialmente Benguela e Namibe (ONU News, 2021). A economia local assenta nas atividades agropecuárias e pesqueiras, com destaque para a produção agrícola (oliveira, vinha, mandioca, batata-doce) e a criação de gado bovino, ovino e caprino, que complementam a base alimentar e produtiva da região.



Figura 1: Mapa da República de Angola

Fonte: Diário da República (2025).

3.2 Caracterização de Angola

A República de Angola situa-se na Costa Ocidental de África, a Sul do Equador, cujo território principal é limitado a Norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo e a Leste da República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Angola ocupa uma área total de 1.246.700 km², tendo uma costa de 1.650 km² e uma fronteira de 4.837 km².

A República de Angola subscreveu à 10 de Dezembro de 1982 em Montego Bay, na Jamaica, a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Neste âmbito a Assembleia Nacional aprovou a lei nº 14/10 de 14 de Julho, que regula o exercício de poderes, dos direitos e deveres do Estado Angolano e define os limites dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacionais.

3.3 Caracterização da Atividade Pesqueira em Angola

A pesca em Angola assume um papel estratégico na segurança alimentar, na economia nacional e na redução da pobreza, constituindo-se como uma das atividades mais relevantes para o bem-estar das populações costeiras e ribeirinhas. Como já referido anteriormente, o país dispõe de uma extensa linha costeira de aproximadamente 1.650 km², prolongando-se até 200 milhas náuticas no Oceano Atlântico, o que lhe confere um elevado potencial de exploração de recursos marinhos vivos.

Estes recursos são diversificados e de elevado valor económico, com destaque para os pequenos pelágicos, como a sardinha, a cavala e o carapau, que dominam as capturas. Para os demersais como a pescada, a corvina, o linguado, de relevância tanto para consumo interno como para a exportação, e para os crustáceos e moluscos como o camarão, gamba costeira e o caranguejo, produtos de grande valor comercial. Adicionalmente os pequenos tunídeos e espécies afins, reforçam a presença angolana nos mercados internacionais.

A exploração destes recursos ocorre por meio de diferentes modalidades de pesca:

- a. Pesca artesanal caracterizada pela operação de pequenas embarcações, geralmente familiares, que operam em águas costeiras e vendem a sua produção maioritariamente no mercado local. De acordo com a União Europeia, a pesca artesanal é efetuada por embarcações com menos de 12 metros de comprimento e utiliza tipos específicos de arte de pesca.
- b. Pesca semi-industrial é realizada com embarcações de 15 a 20 metros de comprimento total, propulsionadas por motor interior e utilizando, em regra, gelo para conservação do pescado, usando artes de palangre, linha de mão, emalhar, arrasto mecânico, cerco e outras.
- c. Pesca industrial é efetuada por embarcações de maiores dimensões, equipadas com tecnologias de transformação e armazenamento do pescado, muitas vezes destinado a mercados internacionais e a grandes cadeias de produção, incluindo a indústria de farinha e óleo de peixe.

A frota pesqueira angolana reflete a diversidade do sector, abrangendo desde embarcações artesanais até grandes navios industriais, respondendo cada uma a diferentes necessidades produtivas. Esta heterogeneidade garante que a pesca seja simultaneamente um meio de subsistência para as comunidades locais e um pilar de dinamização da economia nacional.

O sector é apoiado por infraestruturas como portos pesqueiros e comerciais, terminais privados, centros de apoio à pesca artesanal e projetos de aquicultura, assegurando a conservação e o escoamento da produção, além de reforçar a competitividade externa.

Em termos produtivos, a pesca angolana registou 664.491 toneladas em 2024, representando um crescimento de 10,5% em relação ao ano anterior. A pesca industrial e semi-industrial foram responsáveis por cerca de 56% desse total, enquanto a pesca artesanal marítima e continental manteve um contributo significativo, sobretudo para o consumo interno (Expansão, 2025; CIAM, 2025). A nível provincial, destaca-se o Namibe, com 1.608 embarcações registadas (das quais 1.507 são artesanais) e desembarque de 130.352 toneladas em 2024, destinadas em grande parte ao consumo local (Governo Provincial do Namibe, 2025, Gira Notícias, 2025).

Portanto, a caracterização do sector pesqueiro em Angola evidencia um segmento multifacetado, ancorado em recursos diversificados, modalidades de pesca complementares e numa frota heterogénea que responde a diferentes escalas de produção.

Para além da sua relevância económica, o sector constitui um eixo estratégico para a segurança alimentar, a geração de emprego e a sustentabilidade marinha, cujo futuro depende da eficácia das políticas de gestão e da capacidade de conciliar exploração e conservação.

Enquadramento Internacional

Angola é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada em Montego Bay, no ano de 1982 e foi ratificada em 1990, que estabelece os direitos soberanos dos Estados costeiros sobre a Zona Exclusiva Económica (ZEE) até 200 milhas náuticas. Neste âmbito, o país exerce soberania para explorar, conservar e gerir os recursos vivos e não vivos.

Adicionalmente, Angola aderiu a diversos instrumentos internacionais promovidos pela FAO, nomeadamente:

- a. O código de Conduta para a Pesca Responsável (1995) que embora de carácter voluntário, orienta a gestão sustentável da atividade;
- b. O Acordo de Nova Iorque de 1995, relativo as populações de peixes transzonais e altamente migratórios;

- c. O Acordo sobre Medidas do Estado do Porto (2009), que combate a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN);

Enquadramento Constitucional

A Constituição da República de Angola (2010) estabelece no artigo 16º que os recursos naturais existentes no solo, no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na ZEE são propriedade do Estado, cabendo-lhe assegurar a sua exploração sustentável em benefício da comunidade nacional. Este princípio constitucional confere ao Estado a responsabilidade exclusiva pela regulação, gestão e fiscalização dos recursos biológicos aquáticos.

Quadro legal nacional

No plano interno, a atividade pesqueira é regulada por vários diplomas legais:

- a. Lei nº 21/92, de 28 de Agosto, Lei da Delimitação dos Espaços Marítimos;
- b. Lei nº 14/10, de 14 de Julho, Lei dos Espaços Marítimos de Angola, que operacionaliza a CNUDM no ordenamento jurídico nacional;
- c. Lei nº 6-A/04, de 8 de Outubro, Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos, alterada pela Lei nº 16/05, de 14 de Outubro, diploma central que regula a exploração, conservação e gestão dos recursos pesqueiros. Esta lei define as diferentes modalidades de pesca (artesanal, semi-industrial e industrial), estabelece instrumentos de ordenamento como os Totais Admissíveis de Captura (TAC), períodos de defeso e licenciamento e prevê medidas de fiscalização e sanções para infrações;
- d. Diversos Decretos Presidenciais, como o Decreto Presidencial nº 29/19, de 16 de Janeiro, que regulamenta aspectos específicos da atividade e reforça os mecanismos de controlo;

No que toca a institucionalidade e políticas públicas, a aplicação deste quadro legal é assegurada pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, responsável pela formulação de políticas, execução de planos de ordenamento e fiscalização da atividade. Entre os principais instrumentos estratégicos destacam-se:

- a. Plano Nacional de Fomento das Pescas e Aquicultura (PLANAPESCA), que visa modernizar o sector e ampliar a produção;

- b. Plano de Ordenamento das Pescas e Aquicultura (POPA), que articula sustentabilidade ecológica, segurança alimentar e criação de emprego;

Assim a base normativa e institucional do sector pesqueiro em Angola revela-se abrangente, combinando compromissos internacionais, princípios constitucionais, legislação específica e planos estratégicos nacionais, que em conjunto procura, garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos e a preservação do papel estratégico da pesca para a segurança alimentar.

3.4 Política de Gestão e Ordenamento dos Recursos Biológicos Aquáticos

As pescas são um importante sector da economia nacional, tendo contribuído no ano de 2024 com 4,4% para o Produto Interno Bruto (PIB), (Jornal de Negócios, 2025). De acordo com previsões recentes do Banco Mundial, divulgadas pelo Banco Millennium Atlântico, o Produto Interno Bruto de Angola deverá crescer 2,9% em 2025, valor inferior à perspetiva de 2024. Este crescimento mais moderado decorre de desafios estruturais persistentes,

embora se registem fatores positivos, como a desaceleração da inflação e o aumento da produção de petróleo (Baxi, 2025).

Esta estimativa tem impacto direto no sector pesqueiro: um ritmo económico menos acelerado poderá implicar menor capacidade de investimento público em infraestruturas e fiscalização, dificultando o fortalecimento do sector. Contudo, a manutenção de um crescimento estável pode contribuir para a criação de condições que permitam, a médio prazo, maior aposta na diversificação da economia e no reforço do papel da pesca como componente estratégica para a segurança alimentar.

O desenvolvimento deste sector assenta no princípio da Exploração Racional dos Recursos Haliêuticos dentro dos Limites de Sustentabilidade Biológica, como pressuposto para assegurar às gerações presentes e futuras o consumo de peixe, pela sua importância na dieta alimentar das populações.

Para o alcance desse desiderato, existe uma Lei que já foi mencionada nesta investigação, a Lei nº 6-A/04 de 8 de Outubro de 2004 dos Recursos Biológicos Aquáticos, que constitui um pressuposto fundamental no regulamento de toda a atividade de pesca em Angola.

O Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos, órgão do Executivo angolano responsável pela elaboração, execução, supervisão e controlo da política de gestão e ordenamento dos recursos biológicos aquáticos e das atividades de pesca e da aquacultura (MINPERMAR, n.d.), cabendo-lhe as atribuições a baixo:

- a. Propor a estratégia e implementar as políticas de desenvolvimento das pescas e da aquicultura, de exploração e aproveitamento dos recursos pesqueiros, aquicultura e sal;
- b. Promover o desenvolvimento sustentável do sector;
- c. Assegurar a integração harmoniosa dos planos de ordenamento da pesca e de desenvolvimento da aquicultura no Plano de Desenvolvimento Económico e Social do País;
- d. Assegurar a realização da investigação científica e tecnológica nos domínios da pesca e da aquicultura;
- e. Definir os requisitos técnicos e higio-sanitários na produção, processamento, transporte, armazenamento e distribuição dos produtos da pesca, da aquicultura e do sal;
- f. Promover a cooperação internacional e regional no âmbito das pescas, da aquacultura e do sal;
- g. Regulamentar os recursos biológicos aquáticos visando a sua gestão eficiente e sustentada;
- h. Assim como, assegurar o desenvolvimento harmonioso da frota e da indústria de pesca nacional através de instrumentos reguladores e de controlo;

3.5 Contribuições Socioeconómicas da Pesca em Angola

A pesca em Angola constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do país, desempenhando um papel relevante tanto na geração de rendimento como na segurança alimentar e no equilíbrio das comunidades costeiras. O sector apresenta-se como fonte vital de emprego direto e indireto, abrangendo atividades de captura, processamento, conservação, transporte e comercialização de pescado. Estima-se que milhares de famílias dependam desta atividade para a sua subsistência, sobretudo em províncias costeiras como Luanda, Bengo, Benguela, Namibe, Cuanza Sul e Zaire.

Do ponto de vista económico, a pesca contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero, representando uma alternativa estratégica à dependência dos recursos minerais. A exploração sustentável dos recursos haliêuticos permite diversificar as exportações, sobretudo através da comercialização de produtos como o peixe fresco, pescado congelado, crustáceos e moluscos, gerando receitas em divisas e fortalecendo a balança comercial. Por outra, o desenvolvimento de infraestruturas portuárias, unidades de processamento e redes de frio, estimulam investimentos privados e promove a modernização das cadeias de valor.

Apesar da relevância do sector pesqueiro para a segurança alimentar em Angola, é importante realçar que o país ainda enfrenta alguns desafios relacionados com a insegurança alimentar e nutricional. Este fenómeno, caracterizado pelo acesso insuficiente e instável a alimentos adequados e nutritivos, continua a afetar uma parte significativa da população. Deste modo, a pesca assume não apenas um papel de fornecimento direto de proteína animal, mas também uma função estratégica na mitigação da insegurança alimentar.

No âmbito social, a pesca tem um impacto determinante na segurança alimentar e nutricional da população angolana. O peixe é uma das principais fontes de proteína animal disponível a preços relativamente acessíveis, contribuindo para a redução da insegurança alimentar, particularmente nas zonas costeiras e ribeirinhas. O sector também desempenha um papel relevante na inclusão social, proporcionando oportunidades económicas para mulheres e jovens, sobretudo no processamento artesanal, venda a retalho e pequenas indústrias associadas.

Outro aspeto relevante é o efeito multiplicador que a atividade pesqueira exerce sobre outras áreas da economia, como o turismo, os transportes marítimos e rodoviários, a construção naval e o comércio local. A dinamização destes segmentos cria um ecossistema produtivo capaz de gerar empregos, impulsionar o empreendedorismo e fortalecer as economias regionais.

Contudo, para maximizar as contribuições socioeconómicas da pesca, torna-se fundamental adotar políticas públicas que conciliem com a exploração e conservação, promovendo a gestão sustentável dos recursos marinhos e continentais. A implementação de planos de ordenamento, fiscalização efetiva, investimento em investigação científica

e capacitação técnica dos operadores são condições indispensáveis para garantir a continuidade deste contributo ao desenvolvimento nacional.

Em síntese, a pesca em Angola não se limita a uma atividade extractiva, constitui um vetor estratégico para o crescimento inclusivo, a redução da pobreza e a construção de uma economia mais resiliente e diversificada. O fortalecimento institucional, aliado à participação ativa das comunidades e do sector privado, é determinante para que os benefícios desta atividade se traduzam em progresso social e económico duradouro.

3.6 O Papel da Aquicultura em Angola

A Lei nº6-A/04, de 8 de Outubro, define a aquicultura como “*todas as atividades, incluindo a reprodução, o crescimento, a manutenção e o melhoramento de espécies aquáticas, nomeadamente peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas, destinadas a produzir, em regime de cativeiro ou em áreas restritas, processar e comercializar recursos biológicos aquáticos das águas doces, salobras ou salgadas*” (FAO ANGOLA, 2004).

A aquicultura em Angola tem vindo a afirmar-se como um setor estratégico para a segurança alimentar e para a diversificação das fontes de proteína de origem animal. Em 2024, a produção aquícola atingiu 22.047 toneladas, resultado de investimentos crescentes em infraestruturas como tanques de cultivo, câmaras de frio e unidades de conservação, aliados ao apoio estatal em formação e capacitação de aquicultores comunitários.

O setor combina iniciativas comerciais e comunitárias, com diferentes níveis de tecnologia, contribuindo simultaneamente para a geração de empregos e para o desenvolvimento socioeconómico local. Entre as espécies cultivadas, destacam-se a tilápia, o peixe-gato (bagre), a mabanga e outras espécies com valor comercial e alimentar, que se adaptam bem às condições ambientais e ao mercado interno. A tilápia, em particular, é consumida sobretudo fresca nos mercados locais e supermercados que dispõem de cadeia de frio, enquanto o bagre é frequentemente fumado, o que permite a sua conservação e distribuição a regiões mais distantes.

Com estas dinâmicas, a aquicultura assume um papel fundamental não apenas no fornecimento de pescado, mas também na redução da dependência das importações, no fortalecimento da resiliência alimentar das comunidades e na criação de novas

oportunidades económicas. Ao contribuir para aliviar a pressão sobre a pesca extrativa e ao integrar-se em estratégias de diversificação económica, este subsetor mostra-se cada vez mais essencial para o futuro sustentável do sistema alimentar angolano.

Meses	Tilápia	Bagre	Mabanga	Outras
Janeiro	1477	63	18	12
Fevereiro	1470	93	23	16
Março	1463	62	28	13
Abril	1613	59	20	11
Maio	1620	59	21	24
Junho	1692	58	22	10
Julho	1649	58	23	9
Agosto	1775	65	25	12
Setembro	1894	61	26	11
Outubro	1954	62	18	10
Novembro	2073	76	17	25
Dezembro	2145	66	18	28
Total	20825	782	259	181

Tabela 2: Produção da Aquicultura em Angola (2024)

Fonte: Direção Nacional da Aquicultura - Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, 2024

3.7 O Papel da Pesca de Pequena Escala em Angola

Globalmente, as pescas em pequena escala empregam cerca de 50 milhões de pescadores e, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), são responsáveis por 90% das capturas mundiais. A maioria desses pescadores vivem em países em desenvolvimento da América do Sul e Central, África e regiões do Indo-Pacífico. (Hanamulamba et al., 2024).

A pesca de pequena escala, segundo a FAO (conforme citado pela Parliamentarians for Global Action, 2020), é a pesca tradicional que envolve comunidades piscatórias, ao contrário de empresas comerciais que utilizam uma quantidade relativamente pequena de capital e energia, embarcações de pesca relativamente pequenas, realizando viagens

curtas de pesca perto da costa e principalmente para consumo local. Este tipo de pesca pode ser para fins comerciais ou de subsistência.

Segundo o documento da Parliamentarians for Global Action (2020), a pesca de pequena escala apresenta inúmeros benefícios e desafios que são relevantes para compreender o papel desta atividade no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar. Entre os principais benefícios destacam-se: a contribuição para a nutrição e segurança alimentar das comunidades costeiras, a geração de renda e subsistência, a preservação de práticas culturais e tradicionais, e o uso de métodos de pesca menos intensivos, com menor impacto ambiental. Por outro lado, o documento também identifica desafios significativos, como a vulnerabilidade das comunidades a mudanças ambientais e económica, o acesso limitado a mercados, a pressão sobre os recursos pesqueiros e a falta de políticas públicas eficazes de apoio e gestão sustentável. Embora este trabalho não se aprofunde em todos os detalhes apresentados pelo documento, estes pontos fornecem um panorama importante para contextualizar a relevância da pesca de pequena escala em Angola e em outros contextos semelhantes.

A pesca de pequena escala em Angola, é a mais comum e representa uma parte importante da produção pesqueira do país. Este tipo de pesca é feito com embarcações pequenas, pouco equipadas e com recurso a técnicas tradicionais, mas mesmo assim garante uma parte relevante do pescado que vai parar à mesa das famílias angolanas. Estima-se que envolva dezenas de milhares de pescadores e que tenha peso significativo no abastecimento interno.

A grande vantagem da pesca artesanal é estar ligada diretamente às comunidades, o peixe é vendido sobretudo em mercados locais, fresco e a preços aceitáveis, o que faz toda a diferença para as famílias com menos rendimento. Para muito gente, é a principal fonte de proteína animal.

Outro ponto importante, é o papel das mulheres. Apesar de não irem muitas vezes ao mar pescar, as mesmas são peças essenciais em tudo o que acontece depois da captura. São as mulheres que mais se ocupam da secagem, salga, fumagem e venda do pescado. Graças a elas, o peixe chega a zonas mais distantes do país, onde não há cadeia de frio. Fora isso, dominam a venda dos mercados, o que lhes garante rendimento e contribui para o sustento das famílias.

Logo, este sector ainda enfrenta alguns desafios. As mulheres e os próprios pescadores artesanais, têm pouco acesso a crédito, formação e infraestruturas de conservação. Isso faz com que a rentabilidade baixe e a atividade continue marcada por vulnerabilidade social e económico.

Capítulo 4

Potencial Pesqueiro em Angola e Referenciais Externos

A comparação internacional assume um papel central neste estudo, uma vez que permite observar como diferentes países enfrentam desafios semelhantes no sector pesqueiro e quais soluções têm implementado para assegurar a sustentabilidade e a segurança alimentar. Este exercício comparativo contribui para identificar práticas bem-sucedidas, limitações e dificuldades que podem servir de referência para o contexto angolano.

A experiência internacional oferece boas práticas que poderiam ser adaptadas ao contexto angolano. Do Brasil, por exemplo, a inclusão de políticas sociais voltadas para pescadores artesanais, como o acesso a benefícios de segurança social e programas de apoio à organização comunitária, seria relevante para reforçar a proteção e valorização da pesca em Angola. Um dos exemplos mais concretos é o Seguro Defeso, que é um direito assegurado pela legislação brasileira aos pescadores artesanais, funcionando como uma forma de seguro de desemprego. Durante o período em que a pesca é proibida para proteger espécies em reprodução, como ocorre na piracema, fenômeno em que os peixes migram rio acima para desova e continuidade de ciclo reprodutivo, o benefício garante uma renda mensal equivalente a um salário mínimo, assegurando subsistência desses trabalhadores (Governo Federal do Brasil, 2025). Adicionalmente, a inclusão dos pescadores artesanais como segurados especiais da Previdência Social, garantida pela Constituição Federal de 1988, representa um importante avanço no Brasil, assegurando-lhes benefícios como aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio de reclusão. Esse exemplo revela uma política pública que valoriza a proteção social dos trabalhadores da pesca e que pode servir de inspiração para Angola no fortalecimento de mecanismos semelhantes (Oliveira Filha, Scherer & Diógenes, 2022).

A Noruega é um exemplo notável de rastreabilidade na pesca, pois dispõe de um sistema integrado que acompanha o pescado desde a captura até o consumo final, garantindo informações sobre origem, qualidade sanitária e sustentabilidade. Essa rastreabilidade, presente em toda cadeia de valor, não apenas reforça a preservação dos oceanos e das espécies por meio de monitoramento contínuo, como também assegura a confiança dos mercados internacionais e agrega valor ao produto final. Trata-se, portanto, de mais um exemplo internacional que pode inspirar outros contextos nacionais (Olivert-Amado, 2008).

A Namíbia é também um exemplo relevante, devido a sua proximidade geográfica e as condições semelhantes ao sector pesqueiro, oferece uma perspetiva mais próxima da realidade angolana. Uma das políticas centrais na Namíbia é a promoção do emprego nacional através do fortalecimento da indústria pesqueira. Neste país vizinho, foram implementadas medidas destinadas ao fomento tanto da pesca como do processamento doméstico, criando postos de trabalho para a população local. Essa política não apenas contribui para a redução do desemprego, mas também gera impacto direto na segurança alimentar, ao assegurar maior disponibilidade de pescado e derivados no mercado interno (Namíbia Blue Economy Policy, 2022-2031). No quadro da Economia Azul, a Namíbia estabeleceu estratégias orientadas para o crescimento e diversificação do sector. Entre as principais medidas destacam-se a promoção de investimentos para expandir a produção baseada nos ecossistemas aquáticos, o incentivo a atividades de agregação de valor e o fortalecimento da aquicultura. Estes estímulos aumentam a competitividade do sector pesqueiro e ampliam as oportunidades de desenvolvimento socioeconómico (Namíbia Blue Economy Policy, 2022-2031). Para Angola, a replicação destas políticas representaria uma via para dinamizar a produção nacional, diversificar as fontes de rendimento e reforçar a segurança alimentar de forma sustentável. Outro aspecto fundamental é o investimento na capacitação técnica e científica. A Namíbia tem dado prioridade ao fortalecimento da pesquisa, da formação profissional e das capacidades industriais, garantindo que os cidadãos estejam devidamente preparados para participar em todos os segmentos da cadeia de valor pesqueira. Essa abordagem reduz a dependência de mão de obra estrangeira e cria bases sólidas para a inovação e o crescimento do sector (Ministry of Fisheries and Marine Resources, 2025).

Por fim, a política de “Namibianização” constitui um exemplo de inclusão e soberania económica que pode inspirar Angola. Esse processo visa garantir que os nacionais assumam maior protagonismo no sector pesqueiro, tanto através da atribuição de quotas e direitos de pesca a empresas locais, como por meio da capacitação contínua dos profissionais. A ligação entre formação, pesquisa e políticas de alocação de recursos assegura que os benefícios da exploração marinha sejam retirados internamente, gerando valor para a economia e fortalecendo a segurança alimentar (Ministry of Fisheries and Marine Resources, 2025).

Capítulo 5

Apresentação e Discussão dos Resultados

Este capítulo apresenta os principais resultados obtidos ao longo da investigação, confrontando-os com a fundamentação teórica e a evidência documental recolhida. A análise baseou-se sobretudo nas entrevistas, complementada com dados estatísticos e relatórios institucionais. A opção metodológica pelas entrevistas permitiu captar percepções qualificadas sobre os desafios e oportunidades do sector, oferecendo um olhar interno sobre a formulação de políticas públicas e a gestão dos recursos pesqueiros.

Embora o número de entrevistas tenha sido reduzido, justifica-se pela dificuldade de acesso a decisores e técnicos especializados sendo ainda suficiente para identificar padrões de resposta e alinhar a metodologia com a literatura existente. Este ponto metodológico encontra-se detalhado no capítulo 2, mas aqui destaca-se a sua relevância na compreensão do fenômeno estudado.

5.1 A Produção pesqueira em Angola

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, observa-se que a produção pesqueira em Angola entre 2021 e 2024 apresenta uma tendência geral de crescimento, apesar de algumas oscilações anuais.

SUBSECTORES DA PESCA	PERÍODO			
	2021	2022	2023	2024
Pesca Industrial e Semi-Industrial	335 280	322 662	346 059	374 042
Pesca Artesanal Marítima	233 799	210 416	221 958	244 690
Pesca Artesanal Continental	24 173	22 862	22 875	23 712
Aquicultura	2 808	2 609	10 538	22 047
TOTAL	596 060	558 482	601 429	664 491

Tabela 3: Produção Pesqueira em Angola por Subsectores (2021-2024)

Fonte: GEPE e DNRM-MINPERMAR (2024). Elaboração do autor.

A produção total passou de 596.060 toneladas em 2021 para 664.491 toneladas em 2024, refletindo um aumento significativo, ainda que marcado por variações interanuais. Esse desempenho demonstra a resiliência do sector pesqueiro, mas também evidencia desafios estruturais que condicionam o seu contributo pleno para a segurança alimentar.

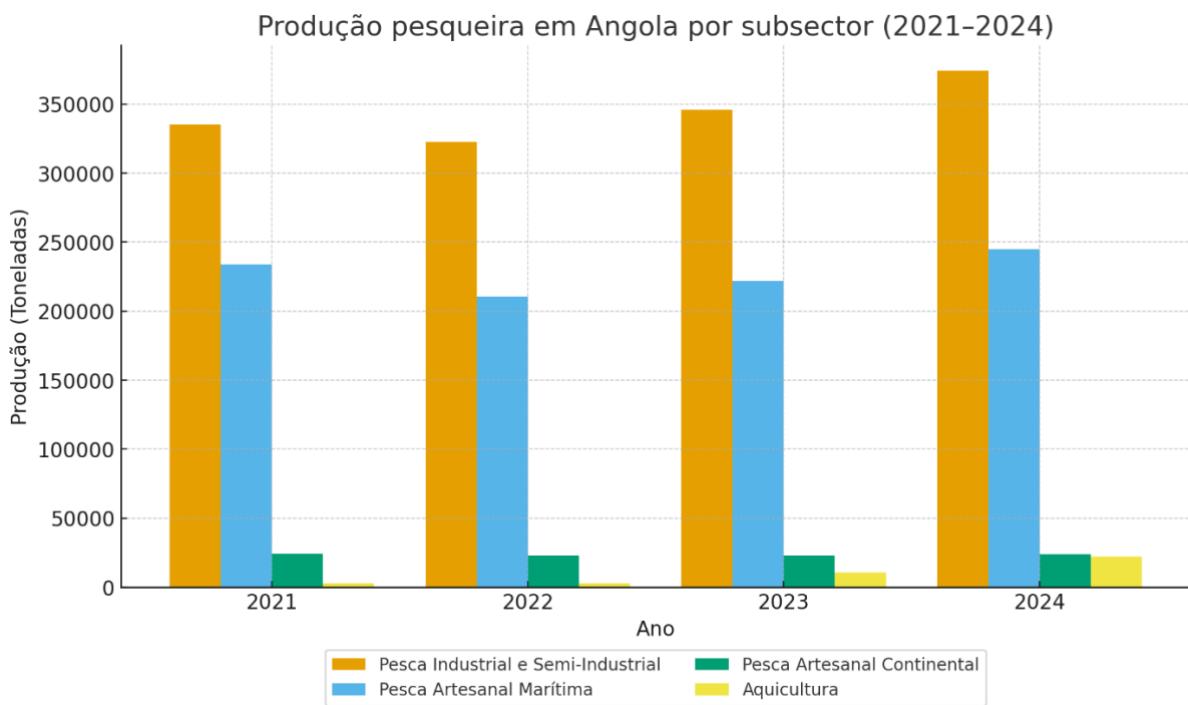


Figura 2: Produção pesqueira em Angola por subsector no período 2021–2024

Fonte: GEPE e DNRM-MINPERMAR (2024). Elaboração do autor.

As pescas industriais e semi-industriais constituem o maior segmento, representando em média mais de 50% da produção anual, tendo crescido de 335.280 toneladas em 2021 para 374.042 toneladas em 2024. Já a pesca artesanal marítima, essencial para o consumo interno e subsistência das comunidades costeiras, registou também um crescimento relevante, de 233.799 toneladas em 2021 para 244.690 toneladas em 2024, apesar da queda em 2022. A pesca artesanal continental apresenta volumes mais reduzidos e relativamente estáveis, situando-se entre 22.000 e 24.000 toneladas, mas desempenha um papel importante em comunidades ribeirinhas do interior.

Ano	Produção (toneladas)	Metas (toneladas)
2021	2 808,00	2 808,00
2022	2 609,00	3 370,00
2023	10 538,00	4 044,00
2024	22 047,00	4 852,00

Tabela 4: Produção vs. Metas da Aquicultura em Angola (2021–2027)

Fonte: PLANAPESCAS (Decreto Presidencial n.º 276/22, 2022) e GEPE – MINPERMAR, 2024. Elaboração do Autor

Como se verifica acima, a análise da produção aquícola entre 2021 e 2024 revela uma trajetória de crescimento notável, saindo de apenas 2.808 toneladas em 2021 para 22.047 toneladas em 2024, um aumento de quase oito vezes em apenas quatro anos (Tabela 4).

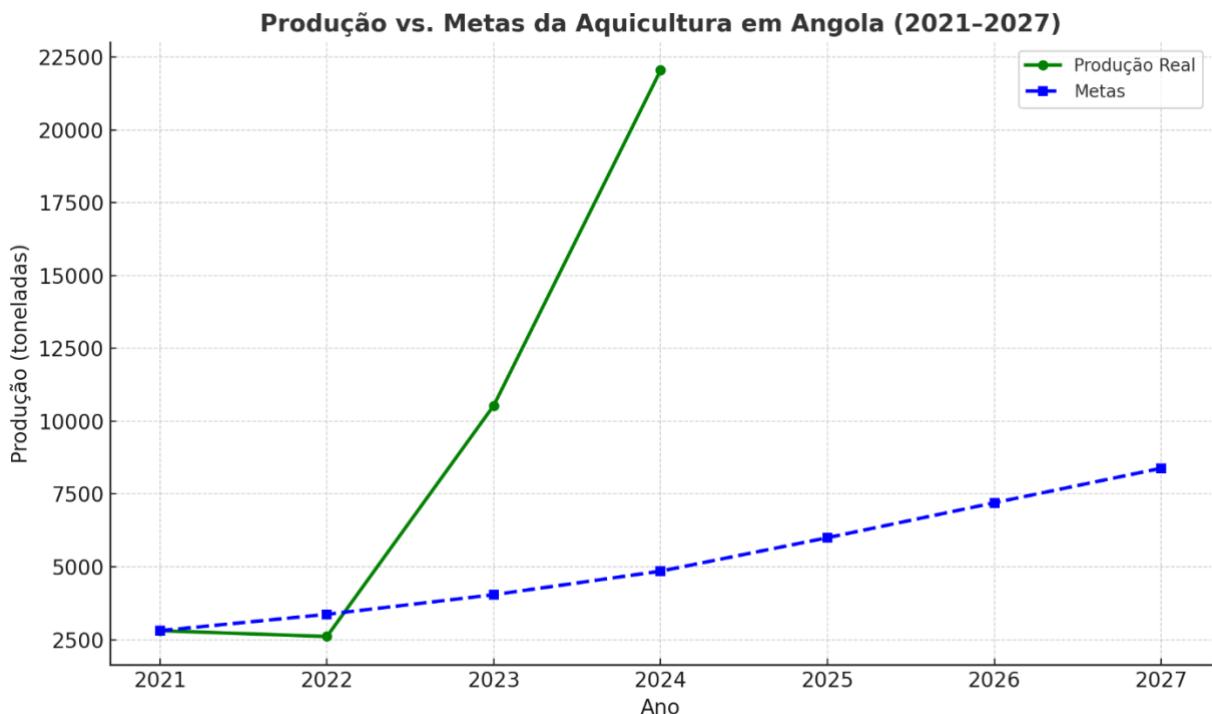


Figura 3: Produção vs. Metas da Aquicultura em Angola (2021–2027)

Fonte: GEPE e DNRM-MINPERMAR (2024). Elaboração do autor.

Este desempenho não só superou as metas projetadas para o período, como ultrapassou de forma expressiva o objetivo estabelecido para 2027 (8.385 toneladas), alcançando-o três anos antes do previsto (Figura 2).

Embora ainda incipiente no contexto global da produção pesqueira nacional, a aquicultura mostra-se cada vez mais relevante e estratégica para a segurança alimentar em Angola, ao disponibilizar proteína de elevada qualidade a uma população em crescimento. O setor, além de contribuir para diversificar as fontes de pescado, ajuda a reduzir a pressão sobre os recursos marinhos explorados pela pesca extrativa.

O avanço observado tem sido apoiado por programas governamentais de fomento ao setor e pela melhoria na declaração e recolha de dados, fatores que aumentaram a transparência e a confiabilidade das estatísticas oficiais. Ainda que a participação da aquicultura no quadro geral continue modesta, o dinamismo do setor evidencia um vasto potencial por

explorar, apontando para a necessidade de consolidar políticas públicas de incentivo, promover maior inovação tecnológica e ampliar os investimentos privados.

Deste modo, os resultados demonstram que a aquicultura em Angola não apenas evoluiu acima das expectativas, como se afirma como um pilar emergente na agenda da segurança alimentar e nutricional, alinhando-se às recomendações internacionais que defendem o fortalecimento da produção aquícola como via sustentável para responder às crescentes demandas alimentares.

Observa-se ainda, através da Tabela 5, que o consumo per capita variou entre 16,9 kg/hab./ano em 2022 e 18,9 kg/hab./ano em 2024, ficando próximo do valor recomendado pela FAO (20 kg/hab./ano).

Ano	Produção (toneladas)	Total	População (habitantes)	Consumo per capita (kg/hab./ano)
2021	596 060	32 097 671		18,6
2022	558 482	33 086 278		16,9
2023	601 429	34 094 077		17,6
2024	664 491	35 121 734		18,9

Tabela 5: Consumo per capita de pescado em Angola (2021-2024)

Fonte: Cálculos do autor com base em GEPE-MINPERMAR (2024) e dados populacionais oficiais (INE, 2024).

A Figura 3 abaixo, evidencia a evolução do consumo per capita de pescado em Angola entre 2021 e 2024, mostrando uma ligeira tendência de crescimento, de 18,6 kg/habitante em 2021 para 18,9 kg/habitante em 2024.

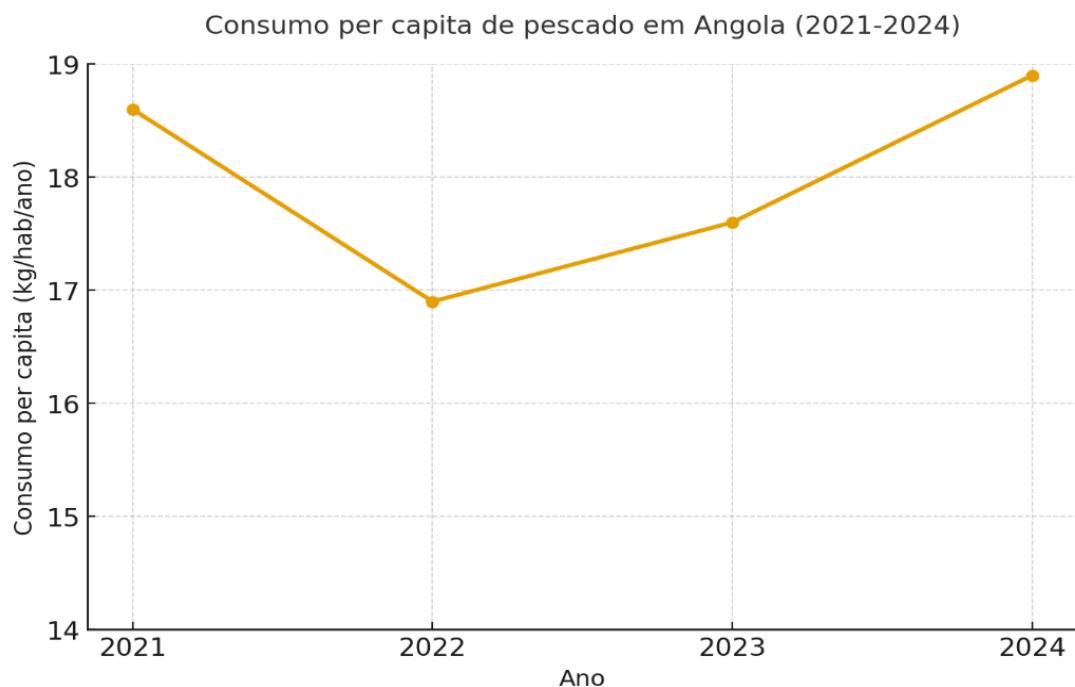


Figura 4: Consumo per capita de pescado em Angola

Fonte: Cálculos do autor com base em GEPE-MINPERMAR (2024) e dados populacionais oficiais (INE, 2024).

Nota-se na Figura 3 acima, que esses valores permanecem acima do limiar mínimo de 12 kg/habitante/ano recomendado pela FAO para garantir uma dieta adequada em termos de proteína animal de origem aquática (FAO, 2024). Importa destacar que Angola já registava, em 2014, um consumo superior a este parâmetro, o que demonstra a relevância histórica e cultural do pescado na dieta alimentar do país. Contudo, o aumento do consumo médio não garante, por si só, segurança alimentar plena, pois persistem desigualdades significativas no acesso, sobretudo entre áreas costeiras e regiões do interior, onde os preços são mais elevados e as famílias vulneráveis enfrentam restrições adicionais (FAO, 2024). Apesar dessas limitações, o setor pesqueiro continua a desempenhar um papel estratégico no fornecimento de proteína animal de elevada qualidade e de micronutrientes essenciais, contribuindo para reduzir carências nutricionais e diversificar a dieta da população.

Em termos de implicações, os dados sugerem que, embora a produção pesqueira nacional esteja a crescer, ainda não se satisfaz plenamente a procura interna, sobretudo tendo em conta o rápido crescimento populacional e os elevados índices de insegurança alimentar no país. Estudos prévios (Códia, 2018) já salientavam que Angola, apesar da sua

abundância em recursos, enfrenta carências alimentares, necessidade de geração de emprego e de rendimentos, recomendando políticas públicas eficazes e intervenções institucionais imediatas para maximizar e diversificar o sector. Neste caso, o fortalecimento da pesca artesanal e da aquicultura, associado a uma gestão sustentável da pesca industrial, configura-se como estratégico para assegurar a segurança alimentar nacional.

Em termos comparativos, Angola apresenta níveis de consumo per capita superiores à média africana, estimada em apenas 9,4 kg/habitante/ano (FAO, 2024). Globalmente, observa-se uma trajetória ascendente, passando de 9,1 kg em 1961 para 20,7 kg em 2022 (FAO, 2024). Essa diferença coloca Angola numa posição relativamente favorável dentro do continente, ainda que abaixo da média mundial, revelando tanto o potencial do setor pesqueiro como os desafios para converter esse potencial em ganhos equitativos de segurança alimentar.

Quando comparado a outros países da África Subsaariana, o consumo angolano é também expressivamente mais elevado. Em Moçambique, por exemplo, o consumo aparente é de 11,5 kg/habitante/ano (FAO, 2019), enquanto na Nigéria ronda os 11,3 kg/habitante/ano (WorldFish, 2024). Já na Namíbia, estima-se um consumo médio de cerca de 12 kg/habitante/ano (Chiripanhura & Tewelde medhin, 2016). Esses números colocam Angola numa posição acima da maioria dos seus vizinhos regionais, confirmando a importância do pescado não apenas como fonte de proteína de alto valor biológico, mas também como elemento estruturante da dieta nacional.

Assim, os dados confirmam que o pescado continua a ser um pilar central da segurança alimentar e nutricional em Angola. Todavia, a consolidação desse papel exige superar desigualdades de acesso e melhorar os sistemas de distribuição, de modo a assegurar que o consumo acima da média continental beneficie de forma mais homogénea todas as camadas da população.

A análise provincial mostra diferenças claras entre Namibe e Benguela. No Namibe, com cerca de 629.355 habitantes (INE, 2016), a produção pesqueira atingiu 66.010 toneladas em 2023 (MINPERMAR, 2024). Este volume, quando ajustado à população, traduz-se

numa disponibilidade per capita superior à média nacional, tornando a província um polo estratégico para a segurança alimentar baseada no pescado.

Em Benguela, com aproximadamente 2 milhões de habitantes (INE, 2016), a produção em 2023 foi de 143.214 toneladas (MINPERMAR, 2024). Apesar do volume absoluto mais elevado, a maior densidade populacional faz com que a disponibilidade per capita seja relativamente inferior à do Namibe, evidenciando como a dimensão populacional influencia o impacto da produção no consumo direto.

Durante o estudo, notou-se que os entrevistados foram unânimes em afirmar que Angola não explora todo o seu potencial pesqueiro, apesar da sua vasta ZEE e da diversidade de espécies existentes. Entre os fatores limitantes, destacam-se:

- i) a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN);
- ii) a ineficiência da fiscalização devido à carência de meios técnicos e humanos;
- iii) o envelhecimento da frota artesanal e semi-industrial.

Outro aspecto salientado foi a fragilidade da cadeia de valor do pescado. Os entrevistados apontaram a insuficiência de portos pesqueiros secundários, lotas, fábricas de gelo e câmaras frigoríficas, o que resulta em elevadas perdas pós-captura. Este défice logístico encarece o produto e reduz o acesso das populações mais vulneráveis ao pescado.

As entrevistas revelaram ainda que o sector informal domina grande parte da comercialização, limitando o acesso dos pescadores a crédito e assistência técnica, bem como ao programa de apoio estatal. Isso contribui para a perpetuação da precariedade, fragilizando a modernização do sector e a inclusão produtiva.

As percepções recolhidas em comunidades costeiras revelam a dimensão social deste problema. Um pescador do Namibe expressou: “Os barcos grandes nos afetam tanto a nossa produção porque arrastam tudo e não fica nada para nós”, evidenciando a tensão entre a pesca industrial e a artesanal, que se traduz em desigualdade no acesso aos recursos. Em Benguela, por sua vez, um ponto focal destacou o impacto económico sobre os consumidores: “O peixe está muito caro agora, antes era mais barato, até a sardinha também está cara”. Estas vozes locais ilustram de forma concreta como os constrangimentos estruturais se refletem tanto na produção como no consumo.

De acordo ainda com os entrevistados, o pescado continua a ser a principal fonte de proteína animal acessível para a população angolana, desempenhando um papel central na dieta alimentar. Contudo, a irregularidade na oferta e os aumentos de preços recentes têm reduzido o consumo regular entre famílias de baixo rendimento.

A estabilidade da produção surge como outro desafio crítico. As entrevistas destacaram os impactos da seca severa no Sul do país, das alterações climáticas e da gestão pouco eficiente dos períodos de defeso. Estes fatores fragilizam a previsibilidade da oferta e ameaçam a regeneração dos estoques pesqueiros. Os entrevistados defenderam a necessidade urgente de atualizar a Lei dos Recursos Aquáticos, tornando-a mais adequada ao contexto atual e mais dissuasora para práticas ilegais. Também sugeriram o fortalecimento da monitorização científica e comunitária das capturas, aproximando Angola de boas práticas internacionais, como o sistema de rastreabilidade.

A análise de dados permite constatar que os quatro pilares da segurança alimentar definidos pela FAO estão fragilizados em Angola. Embora a pesca e a aquicultura possuam potencial significativo para reforçar a segurança alimentar, fatores estruturais e institucionais impedem que este potencial se concretize.

Por fim, comparando as percepções dos entrevistados com os referenciais externos estudados, observa-se que no Brasil, as políticas de proteção social aos pescadores artesanais demonstram ser fundamentais para assegurar estabilidade de rendimento. A ausência de medidas semelhantes em Angola deixa os pescadores mais vulneráveis a choques económicos e sazonais. Na Noruega, a rastreabilidade reforça o controlo sobre os recursos e aumenta a confiança dos mercados. A falta de mecanismos semelhantes em Angola perpetua a informalidade e limita a inserção do país em cadeias de valor mais competitivas.

A análise crítica confirma que Angola enfrenta um dilema: possui recursos abundantes, mas não consegue transformá-los em segurança alimentar plena, devido a impedimentos logísticos, institucionais e de governança. Com base nos dados apresentados na Tabela 3, observa-se que a produção pesqueira em Angola entre 2021 e 2024 apresenta uma tendência geral de crescimento, apesar de algumas oscilações anuais

Conclusão

Este trabalho visou analisar a importância da produção pesqueira para a segurança alimentar em Angola, destacando o seu contributo nutricional, social e económico, bem como os principais desafios que limitam a sua concretização.

A investigação revelou que, embora Angola disponha de uma extensa Zona Económica Exclusiva e de recursos haliêuticos diversificados, a exploração desses recursos encontra-se abaixo do seu potencial. Os fatores identificados como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), carência de infraestruturas adequadas, envelhecimento da frota, fragilidade da cadeia de valor e insuficiência de políticas de apoio, comprometem os quatro pilares da segurança alimentar definidos pela FAO: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

As entrevistas realizadas indicaram que na prática, o pescado continua a ser a principal fonte de proteína animal acessível à população angolana, mas a irregularidade da oferta e o aumento dos preços dificultam o consumo regular pelas famílias mais vulneráveis. Observou-se ainda que a ausência da rastreabilidade e de uma rede logística eficaz agrava as disparidades regionais no acesso ao pescado, sobretudo nas zonas interiores do país.

Do ponto de vista comparativo, a análise das experiências do Brasil, Noruega e Namíbia apontou caminhos que podem inspirar o contexto angolano. O Brasil destaca-se por mecanismos de proteção social aos pescadores artesanais, como o Seguro Defeso, enquanto a Noruega apresenta um modelo consolidado de rastreabilidade e gestão sustentável dos recursos, e a Namíbia, através da Blue Economy Policy (2022-2031), promove a “namibianização” do sector, investindo na capacitação científica e técnica, assim como a criação do emprego local. Esses exemplos demonstram que o fortalecimento da pesca em Angola pode beneficiar de uma abordagem que combine com valorização nacional, rastreabilidade e proteção social, assegurando uma trajetória sustentável e inclusiva para o sector.

Em termos académicos, esta dissertação é uma ferramenta que pode ser utilizada para discussão e aprofundamento do debate sobre a relação entre a pesca e a segurança alimentar em países desenvolvidos, propiciando impetus que conduzam a necessidade de futuras investigações. Do ponto de vista prático, a prioridade recai sobre a necessidade de adoção de políticas públicas mais eficazes, que valorizam mais a pesca artesanal pela sua importância e impacto direto na vida das comunidades piscatórias, desenvolvimento da

aquicultura, investimento na modernização da fiscalização e redução das perdas pós-captura.

Desta forma, o trabalho conclui que, a produção pesqueira em Angola é efetivamente um sector de relevância estratégica, pois não apenas garante o acesso da população a alimentos nutritivos e de qualidade, mas também representa um dos pilares de diversificação económica e um instrumento essencial no combate à fome e à pobreza contribuindo ainda para o fortalecimento da resiliência das comunidades costeiras e ribeirinhas.

O sector pesqueiro encerra um grande potencial de crescimento pelas razões já mencionadas nos pontos anteriores, mas de outro modo, a exploração racional dos recursos haliêuticos dentro dos limites de sustentabilidade biológica, por forma a satisfazer as necessidades das gerações presentes e vindouras, deve ser uma responsabilidade não só do Estado, mas igualmente das comunidades piscatórias e dos parceiros internacionais.

Acredito que só dessa forma, será possível transformar o potencial pesqueiro em um instrumento de importante relevância para atingir a segurança alimentar, nutricional e o almejado desenvolvimento sustentável.

Deste modo, e em jeito de conclusão, propõem-se as seguintes recomendações.

Em primeiro lugar, recomenda-se o reforço da fiscalização e a atualização legislativa, de modo a tornar o quadro legal mais adequado ao contexto atual e capaz de dissuadir práticas ilegais. A modernização das normas deve estar acompanhada de maior capacidade técnica e humana das instituições de fiscalização, garantindo assim maior proteção dos recursos e sustentabilidade do setor. Outra prioridade é o investimento em infraestruturas pesqueiras, como portos secundários, lotas, fábricas de gelo e câmaras frigoríficas. Estas estruturas são essenciais para reduzir as perdas pós-captura, melhorar a conservação do pescado e facilitar a distribuição, permitindo que o produto chegue em melhores condições e a preços mais acessíveis às populações.

A valorização do setor artesanal surge igualmente como uma medida central. Este segmento, que envolve milhares de famílias e constitui a base da pesca em Angola, necessita de maior inclusão em programas de apoio estatal, acesso a crédito e assistência técnica. A sua valorização não apenas fortalece a segurança alimentar, mas também promove a inclusão produtiva e o desenvolvimento local. Recomenda-se ainda a expansão da aquicultura sustentável, aproveitando o potencial natural do país e diversificando as

fontes de proteína disponíveis. A aquicultura, quando apoiada por investimentos em formação, infraestruturas e cadeias de valor eficientes, pode tornar-se um pilar complementar à pesca extrativa, contribuindo significativamente para a redução da pressão sobre os estoques naturais.

Por fim, a capacitação e a inovação tecnológica devem ser estimuladas em todos os segmentos do setor. A formação contínua dos pescadores, associada à introdução de tecnologias que melhorem a produtividade e a rastreabilidade do pescado, permitirá maior eficiência e competitividade, inserindo Angola de forma mais sólida nas cadeias de valor regionais e internacionais.

Referências Bibliográficas

- Albino, L. (2023). *Governança e sustentabilidade no setor pesqueiro angolano* [Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/33728/1/master_luis_albino.pdf
- Allison, E. H., & Ellis, F. (2001). *The livelihoods approach and management of small-scale fisheries*. Marine Policy, 25(5), 377–388. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0308-597X\(01\)00023-9](https://doi.org/10.1016/S0308-597X(01)00023-9)
- Anderson, J. L., Garlock, T., Asche, F., Pincinato, R., & outros. (2022). *Aquaculture: The missing contributor in the food security agenda*. Global Food Security, 32, 100620. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100620>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 225.
- Baxi, F. (2025). PIB de Angola deve crescer 2,9% em 2025, mas abaixo da perspectiva de 2024. Disponível em: <https://www.economiaemercado.com/artigo/pib-de-angola-deve-crescer-2-9-em-2025-mas-abixo-da-perspectiva-de-2024>.
- Béné, C., Barange, M., Subasinghe, R., Pinstrup-Andersen, P., Merino, G., Hemre, G.-I., & Williams, M. (2015). *Feeding 9 billion by 2050 – Putting fish back on the menu*. Food Security, 7(2), 261–274. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-015-0427-z>
- Centro de Impresa Aníbal de Melo (CIAM). (2025). *Sector Das Pescas Projeta Indicadores Positivos*. Disponível em: <https://ciam.gov.ao/ao/noticia/3983> [Acesso em: 2025/05/08 às 16:15]
- Chan, C. Y., et al. (2024). *Future of fish for food and nutrition security in Nigeria*. Penang, Malaysia: WorldFish. Working Paper No. 2024-62. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.28032.34563>
- Chiripanhura, B., & Tewelde medhin, M. (2016). *The impact of fishery sector on the Namibian economy: An economic analysis*. Journal of Development and Agricultural Economics, 8(6), 121–132.
- Códia, V. F. N. (2018). *The governance of the Angolan industrial and semi-industrial fisheries: A governability assessment of the commercial fishery*. [Tese de doutoramento, University of Tromsø]
- Convenção de Nova Iorque. (1958). *Convenção sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras*. Disponível em: <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2017/10/Convencao-de-Nova-Iorque-sobre-o-Reconhecimento-e-a-Execucao-de-Sentencas-Arbitrais-Estrangeiras.pdf>
- Diário da República Portuguesa. (n.d.). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: [Declaração Universal dos Direitos Humanos | DR](#).

FAO. (1995). *Rome Declaration on World Food Security*. Disponível em: <https://www.fao.org/4/w3613p/w3613p00.htm>

FAO. (2005). *Fishery Country Profile: Mozambique*. Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO. (2006). Resolución No. 004: FAOLEX Database. Disponível em: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC063168/>

FAO. (2019). *Fishery and Aquaculture Country Profiles: Mozambique*. Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO. (2024). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2024: Blue Transformation in Action*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. DOI: <https://doi.org/10.4060/cc0461en>

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa (3^a ed.)*. Porto Alegre: Artmed.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2022). *The State of World Fisheries and Aquaculture: Towards Blue Transformation*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a2090042-8cda-4f35-9881-16f6302ce757/content>

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2020). The State of Food and Agriculture: *Overcoming Water Challenges in Agriculture*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6e2d2772-5976-4671-9e2a-0b2ad87cb646/content>

Food and Agriculture Organization of the United Nations Angola (FAO Angola). (2004). *Lei n.º 6-A/04 (Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos), de 8 de Outubro, com a redação dada pela Lei n.º 16/05* [versão consolidada]. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang50971.pdf>

(FAO). (2018). *The state of world fisheries and aquaculture 2018: Meeting the sustainable development goals*.

(FAO). (2021). *The state of world fisheries and aquaculture 2020: Sustainability in action*. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca9229en>

Gallia, F., et al. (2021). *How do small farms contribute to food and nutrition security? Linking European small farms, strategies and outcomes in territorial food systems*. Global Food Security, 28, 100467. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100467>

Gira Notícias. (2025). *Indústria Pesqueira No Namibe Apresenta Bons Indicadores*. Disponível em: <https://www.giranoticias.com/economia/2025/02/22056-industria-pesqueira-no-namibe-apresenta-bons-indicadores.html>

Governo Federal do Brasil. (2025). *Solicitar Seguro-Defeso Pescador Artesanal*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-seguro-defeso-pescador-artesanal>

Governo Provincial do Namibe. (2025). *Namibe aumenta níveis de produção pesqueira em 2024. Embaixada de Angola na Turquia*. Disponível em: <https://www.embassyangolatr.org/pt/sala-de-imprensa/actualidade-informativa/namibe-aumenta-nveis-de-produco-pesqueira-em-2024>

Hanamulamba, P. L., et al. (2025). *The small-scale fisheries sector in a developing country: assessing SWOT and recommendations for sustainability in Namibe (Angola)*. Fisheries Science, 91(1), 1-11.

Hasselberg, A. E., Aakre, I., Scholtens, J., Overå, R., Kolding, J., Bank, M. S., Atter, A., & Kjellevold, M. (2020). *Fish for food and nutrition security in Ghana: Challenges and opportunities*. Food Security, 12(5), 1201–1219. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01038-7>

Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Projecção da População da Província do Namibe 2014–2050*.

Jornal Expansão. (2025). *Produção de pescado em 2024 cresceu 11% para 664.491 toneladas*. Disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/detalhe/producao-de-pescado-em-2024-cresceu-11-para-664491-toneladas-66797.html>

Lusa. (2025). *Economia angolana cresceu 4,4% em 2024*. Jornal de Negócios. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/economia-angolana-cresceu-44-em-2024>

Maulu, S., et al. (2024). *Contribution of fish to food and nutrition security in Southern Africa: Challenges and opportunities in fish production*. Frontiers in Nutrition, 11, 1424740. DOI: <https://doi.org/10.3389/fnut.2024.1424740>

Mendes, J. J. (2023). *Gestão de recursos pesqueiros em Angola* [Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/30355/1/master_jose_junior_mendes.pdf

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade (18^a ed.)*. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. S. (2017). *O Desafio Do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (14^a ed.)*. São Paulo: Hucitec Editora.

Ministério das Pescas e Recursos Marinhos (MINPERMAR). (2020). *Anuário Estatístico Das Pescas*. Governo de Angola.

Ministério das Pescas e Recursos Marinhos (MINPERMAR). (2024). *Anuário Estatístico das Pescas em Angola 2023*. Luanda: GEPE-MINPERMAR.

Ministério das Pescas e Recursos Marinhos (MINPERMAR). (2025). *Atribuições*. Disponível em: <https://minpermarr.gov.ao/web/atribuicoes>

Ministry of Fisheries and Marine Resources. (2025). *Mandate, mission, vision and core values*. Disponível em: <https://mfmr.gov.na/mandate-mission-vision-and-core-values>

Mundo, T. N. (2016). *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. *Sustainability*, 12(24), 10540. DOI: <https://doi.org/10.3390/su122410540>

Namibia Blue Economy Policy. (2022). *Ministry of Fisheries and Marine Resources*.

Namibia's Marine Resources Policy. (2004). *Towards responsible development and management of the marine resources sector*.

Noctula. (2023). *O que é sustentabilidade*. Disponível em: <https://noctula.pt/o-que-e-sustentabilidade/>

Obiero, K., Meulenbroek, P., Drexler, S., Dagne, A., Akoll, P., Odong, R., Kaunda-Arara, B., & Waibacher, H. (2019). *The contribution of fish to food and nutrition security in Eastern Africa: Emerging trends and future outlooks*. *Sustainability*, 11(6), 1636. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11061636>

Oliveira Filha, M. F., Scherer, E. F., & Diógenes, A. M. R. (2022). *Os pescadores artesanais e a previdência social no município de Novo Airão-AM*. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, 2(2). Universidade Federal do Amazonas.

Omukoto, J. O., Graham, N. A. J., & Hicks, C. C. (2024). *Fish contributions toward nutritional security in Kenya*. *Food Policy*, 127, 103084. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2024.103084>

ONU. (2021). *PMA alerta que fome aumenta em Angola e seca é a pior em quatro décadas*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1745762>

Órgão Oficial da República de Angola (2010). Diário da República: I Série – N.º 131. Disponível em: https://files.lex.ao/assembleia-nacional/2010/lei-n-o-14-10-de-14-de-julho/download/lei-n-o-14-10-de-14-de-julho_assembleia-nacional_lex-ao.pdf

Órgão Oficial da República de Angola (2010). Diário da República: I Série – N.º 9. Disponível em: https://files.lex.ao/presidente-da-republica/2019/decreto-presidencial-n-o-29-19-de-16-de-janeiro/download/decreto-presidencial-n-o-29-19-de-16-de-janeiro_presidente-da-republica_lex-ao.pdf

Parliamentarians for Global Action. (2020). *Campanha Para a Proteção dos Oceanos e Implementação do Ods 14: Environmental Law Institute*. Disponível em: https://www.pgaction.org/pdf/2020/factsheet-small-scale-fisheries_pt.pdf

República de Angola (2009). *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social (3^a ed.)*. São Paulo: Atlas.

Rivera, M., et al. (2020). *Assessing the role of small farms in regional food systems in Europe: Evidence from a comparative study*. Global Food Security, 26, 100389. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100389>

Rumo a 2030. (2025). *A Agenda 2030*. Disponível em: <https://rumoa2030.pt/a-agenda-2030/>

Sowman, M., & Cardoso, P. (2010). *Small-scale fisheries and food security strategies in countries in the Benguela Current Large Marine Ecosystem (BCLME) region: Angola, Namibia and South Africa*. Marine Policy, 34(6), 1163–1170. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2010.03.016>

WAPI. (2021). *Mozambique Fisheries and Aquaculture Report*. World Aquatic Production Indicators.

Zmija, K., Fortes, A., Tia, M. N., Šumane, S., Ayambila, S. N., Źmija, D., Satoła, Ł., & Sutherland, L. A. (2020). *Generational renewal and small farms: Evidence from Europe and Africa*

Apêndices

Apêndice A- Entrevista

O presente apêndice apresenta o guião de entrevista realizado junto de funcionários seniores do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos. As entrevistas foram conduzidas em formato de áudio e para garantir a confidencialidade, os nomes dos participantes foram substituídos por pseudónimos. O guião teve como objetivo recolher informações sobre a política e práticas readicionadas com a pesca e a segurança alimentar em Angola.

1. Considera que Angola está a explorar todo o potencial do sector pesqueiro? Se não, quais são as principais barreiras que impedem essa exploração?

Primeiro: Angola não explora todo o potencial do sector pesqueiro devido a vários fatores, onde se destacam os seguintes: a pesca ilegal que causa enormes prejuízos, onde a grande extensão da sua costa marítima (1650 km^2) e a ineficácia da fiscalização devido a falta de meios técnicos e humanos qualificados.

A atual legislação angolana, a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos necessita de ser atualizada, por forma a que as penalizações aos infratores constituam de facto um fator que desinibe o cometimento de crimes. A legislação deverá constituir-se numa ferramenta importante para garantir a conservação e a sustentabilidade dos recursos marinhos e de água doce, pois só dessa forma será possível garantir os alimentos para as gerações presentes e futuras.

A falta de infraestruturas adequadas para apoio ao sector pesqueiro, como fábricas para processamento e comercialização de pescado.

O sector informal ainda tem muita expressão o que em certa medida limita o desenvolvimento de práticas mais eficientes, sustentáveis e o acesso a recursos e apoios para pescadores.

- Agnelo Gomes

Segundo: Apesar do seu vasto potencial pesqueiro, Angola ainda não explora de forma plena os recursos disponíveis. O país dispõe de uma extensa zona económica exclusiva (ZEE) rica em espécies demersais e pelágicas, além de condições propícias para o desenvolvimento de atividades complementares como a maricultura e a aquicultura continental. No entanto, estas atividades permanecem incipientes. A maricultura, por exemplo, encontra-se limitada a algumas iniciativas experimentais em províncias costeiras (Benguela e Namibe), mas ainda sem expressão significativa em termos de

produção ou contribuição económica. O mesmo ocorre com outras atividades de aproveitamento do mar, como a biotecnologia marinha (extração de algas, biofármacos e cosméticos), que nos últimos anos tem tido políticas de incentivo para a sua estruturação, como é o caso do Plano de Ordenamento do Espaço Marinho (POEM).

Quanto as barreiras, importa referir que algumas delas são conjunturais, não dependendo necessariamente do sector para a sua resolução. Todavia, podemos destacar as principais concentrando-se em três dimensões críticas: a primeira refere-se à limitação em termos de infraestruturas, como a falta de portos pesqueiros secundários adequados, lotas, pontes cais, etc, segundo é a carência de unidades de gelo e câmaras frigoríficas em alguns casos, bem como a fraca organização dos mercados junto às comunidades costeiras, a outra dimensão corresponde à fragilidade da cadeia de valor, marcada pelo baixo nível de transformação industrial (fumagem, filetagem, salga, seca). O último aspeto é a fraca integração logística entre pesca, transporte e comércio. As vias de acesso necessitam de intervenção e algumas pescarias dependem de fonte alternativa de energia o que é expensivo e um fator limitante quanto ao potencial do sector que se deseja.

- **Marcelo Morais**

2. Na prática, de que forma a pesca tem contribuído para reduzir a insegurança alimentar e nutricional no país?

Primeiro: Na prática, a pesca tem contribuído para reduzir a insegurança alimentar e nutricional em Angola de formas principais. Primeiro, garante o acesso regular a proteínas de alto valor biológico, já que o peixe é uma das fontes mais acessíveis de proteína animal para a grande parte da população. Segundo, possibilita a diversificação alimentar, oferecendo micronutrientes essenciais, como ácidos gordos ômega-3, ferro e vitaminas, que dificilmente são obtidos noutras fontes a baixo custo. Terceiro, promove segurança económica e social, ao gerar emprego e rendimento em comunidades costeiras e ribeirinhas, permitindo que as famílias tenham maior capacidade de adquirir outros alimentos. Assim, para além de fornecer alimento direto, a pesca contribui de forma indireta para melhorar o poder de compra e a estabilidade nutricional das populações, funcionando como um instrumento estratégico no combate à insegurança alimentar.

- **Agnelo Gomes**

Segundo: A pesca tem desempenhado um papel crucial na redução no combate à fome e a segurança alimentar e nutricional em Angola, sobretudo por ser uma das principais fontes de proteína animal acessível para grande parte da população. A nível prático, observa-se que nas comunidades costeiras, onde a pesca artesanal é intensa, o pescado é consumindo fresco, o que contribui para a segurança nutricional imediata dessas populações, já no interior do país, apesar dos constrangimentos de transporte e conservação, o pescado seco e salgado continua a ser uma importante fonte de proteína de baixo custo e de longa duração. Certamente, a contribuição da pesca poderia ser mais ampla caso houvesse uma maior integração de cadeia de frio e uma rede logística eficaz que garantisse a chegada regular do pescado fresco ao interior do país, reduzindo as disparidades regionais no acesso a este recurso essencial.

- **Marcelo Morais**

3. O enquadramento jurídico existente (Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e demais regulamentos) é suficiente para garantir a sustentabilidade do sector?

Primeiro: Neste domínio a atividade pesqueira é regulada pela Lei dos Recursos Biológicos aquáticos, que na verdade ainda não dá resposta à almejada sustentabilidade. Embora a referida legislação preconize o princípio da exploração racional dos recursos haliêuticos há algumas limitações que ressaltam por um lado a grande extensão da costa marítima angolana e por outro lado, a falta de mais técnicos modernos e capital humano qualificado.

Por forma a inverter o atual quadro, está preconizada adequação da Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos ao contexto que se vive hoje, estando na forja um programa superiormente aprovado pelo Executivo angolano, para a aquisição de equipamentos modernos para a área da fiscalização moderna.

- **Agnelo Gomes**

Segundo: O quadro jurídico angolano, composto pela Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e por regulamentos complementares, constitui um avanço importante para a gestão do sector pesqueiro, mas ainda se mostra insuficiente para garantir a plena sustentabilidade. Embora a legislação defina princípios de exploração racional, proteção dos ecossistemas e controlo da atividade extractiva, o grande desafio reside na

implementação prática, marcada por limitações institucionais. O país tem uma costa vasta, mas que tem um corpo de fiscalização e monitorização insuficiente e mais uma vez, isso transcende as capacidades do Ministério de Tutela. Regista-se por exemplo, vários casos de violação das normas do exercício da atividade de pesca e que muitas destas violações, não estão definidas como crime e fruto disto há reincidência dos infratores que depois de pagarem a multa pelo ato, voltam a praticá-lo novamente. Fruto disto, está agora em curso a atualização da Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e que se espera que venha responder estes e outros aspectos. Assim, embora o quadro legal forneça uma base, o seu impacto depende de maior investimento em fiscalização, em pesquisa aplicada e em mecanismos de responsabilização que assegurem o equilíbrio entre exploração económica e conservação dos recursos aquáticos.

- **Marcelo Morais**

4. Quais são as vulnerabilidades mais críticas da pesca artesanal e de pequena escala em Angola, e que papel deveria ter o estado no fortalecimento desse segmento?

Primeiro: A pesca artesanal em Angola tem um papel importante quer na vida das comunidades piscatórias, quer no abastecimento do mercado de consumo interno. Conforme atrás referido, as capturas do pescado do segmento da pesca artesanal, não só servem para satisfazer o consumo familiar das comunidades piscatórias, como também são colocadas à disposição do mercado, como meio para a aquisição de outros produtos.

Todavia a situação ou realidade atual, clama por um urgente apoio do estado angolano no sentido de potencializar os pescadores artesanais.

O estado tem de traçar uma política creditícia mais voltada às necessidades deste importante segmento, mormente para a modernização da frota e outros artefactos de pesca, criação de pontos para a descarga de pescado, fábricas de gelo, abastecimento de água, processamento de pescado. - **Agnelo Gomes**

Segundo: A pesca artesanal em Angola enfrenta vulnerabilidades estruturais que comprometem não só a sua sustentabilidade como também a sustentabilidade do próprio recurso. Muitas embarcações são precárias e operam sem equipamentos de segurança, enquanto os locais de desembarque carecem de condições básicas como as que já foram mencionadas acima. A falta de financiamento aos pescadores, seguros ou tecnologias de

navegação, torna-os dependentes de métodos rudimentares e os expõe a riscos elevados. O Estado tem sim um papel central no fortalecimento deste segmento, e este passa por exemplo no investimento em infraestruturas costeiras, incentivar os bancos a criar linhas de crédito adaptadas às especialidades do sector e promover programas de capacitação técnica em boas práticas de pesca e conservação.

- Marcelo Moraes

5. A aquicultura é frequentemente apontada como solução para reduzir a pressão sobre a pesca extrativa. No caso angolano, quais são as condições necessárias para que a aquicultura seja viável e competitiva?

Primeiro: A aquicultura em Angola pode funcionar com um complemento para cobrir eventuais défices de pesca extrativa, porque tem condições favoráveis tais como uma grande bacia hidrográfica e o clima favorável. Todavia, é uma atividade ainda insuficiente, que exige a criação de condições técnicas para a sua efetivação. Neste domínio já estão em curso algumas ações para potenciar a atividade aquícola, com destaque nas províncias do Uíge e Malanje, onde a produção já permite dar resposta a seu nível, às necessidades de consumo interno. Tal como em outras áreas, a política creditícia deverá prestar maior apoio para que este sector seja de facto potencializado, permitindo não só a construção de tanques para o cultivo de pescado, mas incluir fábricas de ração, de processamento de pescado, congelação e melhoria das vias de acesso, assim como fontes de energia elétrica.

- Agnelo Gomes

Segundo: A viabilidade da aquicultura em Angola depende de um conjunto de condições técnicas, institucionais e logísticas que ainda se encontram em fase inicial de desenvolvimento. O país possui abundância de recursos hídricos e um clima favorável para espécies de rápido crescimento, como a tilápia e o bagre e já existe, institucionalmente, um sistema simplificado de licenciamento da aquicultura. Todavia, a atividade exige recursos, formação, crédito específico, e até mesmo investigação aplicada e mecanismos de certificação sanitária que permitam competir tanto no mercado interno como no externo. Em regiões como Uíge, Malanje, alguns projetos-piloto têm demonstrado que quando associada a boas práticas de gestão e apoio técnico contínuo, a aquicultura pode garantir fornecimento regular de pescado e gerir rendimento para as comunidades rurais. Contudo, a expansão sustentável desta atividade será possível se

for acompanhada por políticas claras de incentivo, integração com cadeias de frio e parcerias público-privadas que garantam escala e competitividade.

- Marcelo Morais

6. Como avalia a eficácia da fiscalização no combate à pesca ilegal (INN)? Que melhorias considera prioritárias?

Primeiro: Um sistema de fiscalização eficaz, deve ser um objetivo incontornável de qualquer país que tenha uma costa marítima muito extensa como Angola. A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) tem merecido a atenção do estado angolano e apresenta algum progresso, embora se reconheça que o caminho a percorrer para a inversão do atual quadro, ainda seja longo. A nossa costa marítima por ser bastante grande como referido anteriormente, é objeto de grande apetência de embarcações estrangeiras, o que exige conforme atrás referido a existência de meios modernos (barcos e aviões) para patrulhamento, programa que está em curso e que seguramente permitirá a inversão do atual quadro, que é preocupante. O Serviço Nacional de Fiscalização da Pesca e da Aquicultura (SNFPA) tem na forja um amplo programa de modernização em meios técnicos e capital humano, estando inclusive preconizado ações de cooperação e troca de experiência com outras instituições regionais e internacionais.

A nível interno tem sido desenvolvido um trabalho conjunto com outros órgãos como a Marinha de Guerra, a Polícia Guarda-Fronteira e Aduaneira.

- Agnelo Gomes

Segundo: A fiscalização no combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) em Angola apresenta avanços pontuais, mas ainda não está nos níveis que o sector exige, como já se fez referência anteriormente. Os meios navais (e quiçá aéreos) são limitados para cobrir toda a costa, o que facilita a atuação de embarcações estrangeiras em áreas de difícil monitorização. Embora existam sistemas de monitorização eletrónica instalados em algumas frotas, cobertura ainda é insuficiente, porém existe uma coordenação entre diferentes instituições como a Marinha de Guerra, Polícia de Guarda-fronteira e a Polícia aduaneira, para combater as irregularidades que surgem. Entre as melhorias prioritárias destaca-se a modernização do Serviço Nacional de Fiscalização da Pesca e Aquicultura (SNFPA), que inclui o reforço da frota de fiscalização, a adoção de tecnologias modernas como drones e monitorização via satélite, a formação especializada

de inspetores e o fortalecimento da cooperação regional e internacional para a troca de informações e controlo regional. Além disso, e com base na nova Lei em atualização, prevê-se que as infrações sejam seguidas não apenas de sanções efetivas, como também a sua criminalização, evitando a sensação de impunidade que ainda prevalece no sector.

- **Marcelo Morais**

7. Se compararmos Angola a países como Brasil e Noruega, que boas práticas internacionais considera mais relevante e possíveis de adaptação ao contexto nacional?

Primeiro: Brasil e Noruega são países que oferecem experiências que Angola poderia aproveitar. No Brasil, os programas que promovem a capacitação e a inclusão social de comunidades pesqueiras mostram como fortalecer a pesca artesanal, garantindo apoio e reconhecimento aos pescadores. Na Noruega, o controle detalhado de toda a cadeia de produção do pescado permite aumentar a confiança dos compradores e melhorar o valor comercial do produto. Angola ainda tem desafios a superar neste sentido, mas a adoção gradual dessas práticas poderia melhorar a gestão do sector e torná-lo mais competitivo e sustentável.

Segundo: A experiência internacional oferece boas práticas que poderiam ser adaptadas ao contexto angolano. Do Brasil, por exemplo a inclusão de políticas sociais voltadas para pescadores artesanais, como o acesso a benefícios de segurança social e programas de apoio à organização comunitária, seria relevante para reforçar a proteção e valorização da pesca em Angola. Outro exemplo, bastante importante é a Noruega, onde a rastreabilidade ao longo de toda a cadeia de valor da pesca, assegura confiança dos mercados internacionais para além de agregar valor ao produto final. Sobre este último, há passos a serem dados por Angola ainda que de forma tímida, e a adaptação destas práticas exige investimentos, mas que podem trazer ganhos significativos em termos de sustentabilidade e competitividade no sector.

- **Marcelo Morais**

8. Que impactos socioeconómicos concretos a modernização da frota e da cadeia de frio poderiam gerar nas comunidades costeiras?

Primeiro: Na atividade pesqueira uma das peças mais importantes é a frota, meios para utilidade para a captura de pescado. A realidade atual é caracterizada pela existência de

uma frota bastante antiga, e que precisa de ser modernizado, por forma a tornar o exercício da pesca mais rentável e eficiente. A frota é de modo geral bastante antiga e pouco rentável. Não têm a autonomia necessária para se deslocarem as zonas de pesca estabelecidas por lei, o que exige de facto uma tomada de medidas pelo Executivo angolano, para colocar à disposição dos diferentes operadores, linhas de crédito para inverter o atual quadro. A pesca artesanal e a semi-industrial, podem desempenhar um papel mais importante e com impacto na vida das populações, se conseguirem apoios financeiros junto das instituições de crédito. De referir que também é importante que outras infraestruturas como câmaras de congelação e conservação, fábricas de gelo e de processamento de pescado, são imprescindíveis para o funcionamento de toda a cadeia de valor.

- Agnelo Gomes

Segundo: A modernização da frota e o fortalecimento da cadeia de frio poderiam transformar profundamente a realidade socioeconómica das comunidades. Uma frota mais segura e equipada permitiria aumentar a eficiência da pesca, reduzir perda pós-captura e assegurar maior qualidade do pescado destinado ao consumo interno e a exportação. A instalação de câmaras frigoríficas e unidades de gelo em pontos estratégicos reduziria significativamente as perdas, e abriria oportunidades para a comercialização em mercados mais distantes. Estes investimentos teriam efeitos multiplicadores, como a criação de empregos em transporte, processamento e comercialização, o aumento do rendimento familiar dos pescadores e o fortalecimento das economias locais. Para além disso, a maior oferta de pescado de qualidade contribuiria para melhorar a segurança alimentar, reduzindo as disparidades entre as regiões costeiras e interiores. Este é um exercício que o Ministério de Tutela tem vindo a fazer e que mais uma vez, não o pode fazer sozinho.

- Marcelo Morais

9. Na sua visão, que medidas prioritárias o governo deveria implementar nos próximos 5 anos para que a pesca se torne um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável em Angola?

Primeiro: A utilização sustentável dos recursos oceânicos para promover o crescimento económico, os meios de subsistência e os empregos, sem comprometer a saúde dos ecossistemas marinhos para as futuras gerações, constitui nos últimos anos a linha de

orientação estratégica do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, de resto em consonância com a economia azul. Para o alcance deste desiderato, para além do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, existe igualmente o PLANAPESCA, o POEM, o EMNA, que irão alavancar o desenvolvimento do sector das pescas, onde conforme atrás referido, a modernização da frota pesqueira e o desenvolvimento da aquicultura permitirão aumentar a oferta do pescado para o consumo das populações, contribuindo assim para a segurança alimentar e nutricional. A formação, organização dos pescadores em cooperativas, o reforço de sistema de fiscalização para proteção da costa marítima angolana e intercâmbio com outros países, poderão constituir-se em pressupostos importantes para o crescimento e desenvolvimento da economia azul.

- Agnelo Gomes

Segundo: O sector adota um conjunto de medidas estratégicas que visam transformar a pesca num motor de desenvolvimento da Economia Azul sustentável. O PLANAPESCA, o POEM, o ENMA, e outros instrumentos do governo central como o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, foram concebidos no sentido de direcionar este desenvolvimento da Economia Azul. Estes instrumentos definem metas claras para a gestão de estoques, a modernização da frota e a expansão da aquicultura. Outro passo prioritário é a formalização da cadeia de valor das pescas, a capacitação dos operadores de pesca, a formação técnica e apoio à organização em cooperativas, fortalecendo o papel das comunidades no sector. O reforço da fiscalização, aliado ao uso de tecnologia e a cooperação internacional, também deve ser central para combater a pesca ilegal e proteger os recursos. Finalmente, incentivar o processamento local e promover a certificação da produção angolana permitiria agregar valor, aumentar a competitividade nos mercados internacionais e consolidar a pesca como vetor estratégico da economia azul no país.

- Marcelo Morais